

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE GESTÃO E DE NEGÓCIOS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ISABEL CRISTINA DE ASSIS

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO  
MÍNIMO SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA, ENTRE 2002-2011**

Goiânia  
2020

ISABEL CRISTINA DE ASSIS

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO  
MÍNIMO SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA, ENTRE 2002-2011**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos.

Goiânia

2020



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE GESTÃO E DE NEGÓCIOS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ISABEL CRISTINA DE ASSIS**

2013.2.0021.0050-2

**OS IMPACTOS DA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO  
MÍNIMO SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA, ENTRE 2002-2011**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Orientador: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos

---

Membro: Prof. Ms. Goiaz do Araguaia Vieira

---

Membro: Prof. Ms. Edilson Gonçalves de Aguiaris

Goiânia - Goiás  
Data da Aprovação: 09 /12/2020.

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso minha gratidão e respeito aos professores que tive a honra de conhecer, pelo apoio, pela compreensão e amizade, pelo profissionalismo durante a minha graduação. Ao meu orientador Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos pela dedicação, orientação e incentivo ajudando a concluir a minha monografia.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ter me sustentado até aqui, por me permitir realizar mais um sonho e concluir mais uma etapa na minha vida.

Especialmente aos meus pais, por terem sido minha base e incentivadores no meu crescimento pessoal.

## **RESUMO**

O tema os impactos da política de valorização do salário mínimo tem demonstrado relevância para o governo, estudiosos e sociedade em geral por estar relacionada às metas e objetivos para o desenvolvimento social com mais qualidade de vida da população. Diante disso, o objetivo dessa monografia é analisar os impactos da política do salário mínimo e sua etimologia. Assim diante da problemática, com um salário mínimo justo o poder de compra seria maior e o índice de miséria diminuiria, enfatizando a hipótese de que se faz necessário realmente elaborar políticas públicas voltadas para o progresso e redistribuição de renda. O capítulo 1 e 2 apresentam um breve resumo histórico do salário mínimo e governos presidenciais do Brasil, as políticas adotadas e dados de resultado das ações, já o capítulo 3 apresenta programas e estratégias para redução da pobreza e desigualdade no país.

**Palavras-chave:** Desigualdade social. Bolsa Família. Redistribuição de Renda.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desigualdade de renda no Brasil 1960/1990 .....	33
Gráfico 2 – Proporção entre renda mais ricos e mais pobres %.....	34
Gráfico 3 – Variação por décimos de renda per capita (2001/2011 .....	34
Gráfico 4 – Visão de longo prazo da desigualdade (Gini).....	35
Gráfico 5 – Renda domiciliar per capita.....	36

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Países que aderiram a política de salário mínimo .....	13
Quadro 2 – Marcos, foco, política liberal.....	16
Quadro 3 – Principais causas da pobreza no Brasil segundo as elites %. ....	39
Figura 1 – Relação serviços, benefícios e transferência de renda.....	44
Figura 2 – Exemplo na prática de recebimento do programa... ..	49

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO.....</b>	<b>13</b>
1.1 – Histórico do Salário Mínimo no Mundo e no Brasil.....	13
1.2 – Estabelecimento do Salário Mínimo e Marcos na Economia Brasileira.....	15
1.3 – Primeiro Mandato de Lula.....	20
1.4 – Segundo Mandato de Lula.....	25
<b>CAPÍTULO 2 – VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA NOS ANOS 2002.....</b>	<b>30</b>
2.1 – Desigualdade Social e Corrupção.....	31
2.2 – Cadastro Único - CadÚnico .....	40
2.2.1 – Cras.....	42
2.3 – Programa Bolsa Família .....	44
2.3.1 – As Três Dimensões do Bolsa Família .....	45
2.3.2 – Critérios de Elegibilidade do Programa Bolsa Família .....	46
<b>CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR A POBREZA E A DESIGUALDADE.....</b>	<b>49</b>
3.1 – Programas de Geração de Emprego e Renda.....	50
3.1.1 – Políticas de Treinamento e de Requalificação de Mão de Obra.....	53
3.2 – Programa de Capacitação .....	53
3.2.1 – Plano Nacional de Qualificação do Trabalho – Panfor.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

O salário mínimo é um assunto de grande polêmica no Brasil, e tem efeitos importantes na economia nacional. Foi integrado no Brasil na década de 1930, século XX, por meio da lei nº185 de janeiro de 1936 e com decreto em abril de 1938. O presidente Getúlio Vargas em 1º de Maio, estabeleceu os valores dos salários mínimos, que no mesmo ano entrou em vigor. Para compreender o desenvolvimento brasileiro e a desigualdade, remete-se a Era Vargas (1930-1945), uma vez que a partir de 1930, a indústria passa a ser o setor mais prestigiado da economia, concorrendo para importantes mudanças na estrutura da sociedade. O salário é uma forma de pagamento de trabalho, surge com o modo de produção capitalista quando o trabalhador, que não possui os meios de produção, passa a vender sua força de trabalho no mercado.

A recuperação das atividades econômicas ocasionou forte estímulo nas contratações formais, devido ao aumento da capacidade produtiva das médias e grandes empresas, dominantes no setor exportador. Surgindo um período de maximização das ocupações, principalmente o emprego assalariado formal e servindo de base para os trabalhadores informais.

Nos estudos realizados nesse trabalho, veremos que Karl Marx (1886) afirma que a desigualdade é resultante da divisão de classes, entre aqueles que detêm os meios de produção e os trabalhadores que só tem a força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Com isso a desigualdade vai depender do modo como a sociedade organiza a produção e a distribuição dos bens que consome. Para Medeiros (2003), estudar as características dos ricos e de sua riqueza é fundamental para a formulação de políticas que visem reduzir a desigualdade e a pobreza no Brasil. Uma parte da população mais rica compõe as elites políticas, empresariais, cujas ações afetam diretamente uma grande massa de pessoas, inclusive os pobres.

Para minimizar a pobreza e proporcionar ao menos condições de alimentação da grande massa brasileira, cria-se um programa chamado Cadastro Único (CadÚnico). Programa do Governo Federal – é um instrumento que possibilita a identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda. Regulamentado pelo Decreto nº 6.0135/2007, e a Portaria MDS nº 177,

d66e 16 de Junho de 2011, que define procedimentos para a gestão do Cadastro Único. Dentre os programas do Governo Federal em prol da diminuição da miséria, um deles se destaca nacionalmente, o Programa Bolsa Família (PBF) - é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do Brasil. Além dos programas citados acima, será abordado também os programas de geração de emprego e renda e política de treinamento e de requalificação de mão de obra.

Esta monografia tem por objetivo geral analisar quais foram os impactos da política de valorização do salário mínimo sobre a economia brasileira, no período de 2002 a 2011, referentes à sua origem, evolução, valorização e as políticas de redistribuição de renda adotadas para minimizar a pobreza do país. Para que se possa entender esse contexto, foram definidos dois objetivos específicos: a) Apresentar a origem e evolução do salário mínimo b) Abordar informações sobre a valorização e redistribuição do salário mínimo.

Diante deste contexto, coloca-se o seguinte problema: Se a nossa moeda fosse valorizada e se o salário mínimo fosse um valor justo como nos países desenvolvidos, o nosso poder de compra seria maior e o nível de miséria brasileira seria menor?

A hipótese levantada nesta pesquisa foi da necessidade de elaborar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e redistribuição de renda.

A metodologia desta monografia baseia-se numa revisão bibliográfica, com uma pesquisa científica documental, de caráter qualitativa e quantitativa, onde serão consultados livros, arquivos, teses, revistas e sites especializados. Também serão utilizados os métodos dedutivo e histórico.

Esta monografia terá três capítulos. No Capítulo 1, será apresentado um breve histórico do salário mínimo no mundo e no Brasil. No capítulo 2, será abordado a valorização do salário mínimo e redistribuição de renda. Finalizando, no Capítulo 3 será abordado estratégias para reduzir a pobreza e a desigualdade.

## CAPÍTULO 1 - A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO SÁLARIO MÍNIMO.

### 1.1 – Histórico do Salário Mínimo no Mundo e no Brasil.

Surgiu no final do século XIX o piso salarial e os primeiros países a implantar foram Austrália e na Nova Zelândia que por sinal países que não eram os centros industriais como América do Norte e Europa (Brasil Escola Uol, 2020). O quadro 1 apresenta os países e período o qual aderiram à política do salário mínimo.

**Quadro 1 – Países que Aderiram a Política de Salário Mínimo**

Ano	Local
1915	França
1918	Noruega e Áustria
1919	Tchecoslováquia
1923	Alemanha
1926	Espanha
1934	Bélgica
1990	Inglaterra
1990	EUA

Fonte: Martins, 2008. Adaptação da Autora, 2020.

No Princípio do século XX o México foi o primeiro país Latino Americano a implantar na sua constituição o piso salarial, fazendo com que o Estado assegure nível mínimo de vida para os trabalhadores. Para definir o salário mínimo do México, é criado no início da década de 1930 a Comissão Nacional do Salário Mínimo. (MARTINS, 2008, p.40). No Brasil, o salário mínimo foi instituído em 1º de maio de 1940, para vigorar a partir de 1º de julho daquele ano. Foram então definidos 14 níveis salariais diferentes, a serem aplicados em regiões delimitadas pelo Governo Federal, a partir de pesquisa nacional que permitiu aferir o valor mais frequente das remunerações mais baixas praticadas em cada uma das áreas. (DIEESE, 2006, p. 5)

A diferença salarial era por cidade, no Rio de Janeiro era um valor, enquanto no Nordeste era três vezes menor. Essa primeira faixa salarial tinha carência de três anos, porém o primeiro reajuste saiu neste mesmo ano houve dois reajustes, aumentos tais eram feitos para que o salário mínimo não perdesse o poder de compra. Portanto, somente em 1943 ocorreu a unificação do salário mínimo. (Brasil Escola Uol, 2020). Neste contexto Martins comenta:

Após a grande crise de 1929, o salário mínimo nos países capitalistas passam por grandes mudanças, tornando-se instrumento de política social, devido à forte intervenção do Estado na economia. Isso, fez com que o salário mínimo dos Estados Unidos em 1939, fosse padrão da política social do Governo, junto as medidas feitas aos trabalhadores, com redução nas horas de jornada de trabalho para 40 horas semanal, fortalecendo os sindicatos cresce também os contratos coletivos de trabalho. (MARTINS, 2008, p. 40)

Após a Segunda Guerra Mundial na Europa Ocidental o salário mínimo passa a ser intensificado como medidas governamentais para garantir os direitos básicos que os trabalhadores necessitam para a cidadania. A política de Salário Mínimo na França, é reformulada em 1950. Criando assim o Salário Mínimo Inter profissional Garantido (SMIG). Em 1952, uma comissão tripartite define a escala móvel com papel de recompor o poder aquisitivo do Salário Mínimo, que reflete apenas no piso salarial de cada categoria profissional. (MARTINS, 2008, p.40). De antemão, Martins esclarece que:

As características de piso salarial adotadas no Brasil, não existe na França devido a um acordo social de 1945 entre a (CGIL) Confederação Geral Italiana dos Trabalhadores e a (CONFINDUSTRIA) Confederação das Organizações da Indústria, onde foi instituído reajustes automáticos de acordo com a variáveis do custo de vida. A escala móvel regimentada por índices de preços definidos a partir da cesta básica de bens e serviços da classe trabalhadora. Toda variação tem reflexo aos salários em geral, tendo privilégios aqueles de menor valor. Porém, quanto menor o salário maior será o reajuste. (MARTINS, 2008, p.41).

Segundo DIEESE (2010) no final do século XIX a sociedade capitalista em sua própria natureza e funcionamento tendia a gerar taxas de salários muito abaixo especialmente para os segmentos de trabalho braçal o qual o nível de qualificação era menor, além do baixo poder de barganha e produtividade, nesse sentido Martins (2008) comenta que são poucos os trabalhadores recebem salário mínimo ou equivalente em países desenvolvidos, e que de acordo com DIEESE (1992), não chega a ultrapassar nem 20% dos assalariados. Estes casos acontecem em países desenvolvidos porque o sistema de contratação coletiva é bem desenvolvida, possibilitando assim elevar a renda do nível de sobrevivência, já os que recebem salário mínimo não pertencem as categorias organizadas ou trabalhos informais

(MARTINS, 2008, p.41). Assim Jungbluth enfatiza sobre a importância do salário mínimo:

“É exatamente pelo fato do salário ser o único meio de subsistência do trabalhador que ele se torna tão fundamental e é extremamente importante que ele permita que o trabalhador mantenha a si e a sua família” (JUNGBLUTH, 2010, p. 7).

Diante da premissa do salário mínimo, os reajustes periódicos são necessários para atender a sua funcionalidade, devido oscilação na inflação os e produtos essenciais encarecendo, o que torna difícil o acesso aos produtos essenciais levando à condições de sobrevivência ruins.

“O Salário Mínimo é de suma importância também em países industrializados, por fazer parte de uma das medidas voltadas à cidadania. Assim, como há um conjunto de diversas outras medidas voltadas a cidadania, tais como; aposentadoria, seguro desemprego, aposentadoria, auxílios doença, e diversas outras com intuito de limitar as condições de miséria. Não se pode esquecer, de que com o aumento da crise econômica nos países de primeiro mundo nos anos de 1980, juntamente com as radicais mudanças no mercado de trabalho, que veio do pós crise, mesmo assim o salário mínimo continua sendo instrumento básico da política social de qualquer país” (MARTINS, 2008, p.41).

## **1.2 – Estabelecimento do Salário Mínimo e Marcos na Economia Brasileira**

O salário mínimo segundo Martins (2008) foi criado para regular os conflitos entre o capital força de trabalho acerca da industrialização, agindo então como interventor do Estado Brasileiro. Contudo, Costa (2015) comenta que com relação ao estabelecimento do salário mínimo, inicialmente, eram estipulados valores distintos do SM no território nacional, quando o país foi dividido em 20 regiões e 50 sub-regiões, totalizando 14 valores de piso diferentes para o SM, tinha vigência de três anos e o primeiro reajuste foi realizado em 1943 quando houve aumento do mínimo, com o objetivo de restaurar o poder de compra do trabalhador e diminuir a diferença entre o maior e o menor valor do SM no país. Esse aspecto foi observado no estudo de Araújo que comenta:

Ainda em 1943, o salário mínimo foi reajustado, respeitando o prazo máximo legal de um triênio para a sua correção. Os reajustes implicaram, para o ano seguinte, um valor real do salário mínimo correspondente a 83% do valor de julho de 1940, em SP, e 104% em comparação ao mesmo mês, no RJ (ARAÚJO, 2017, p. 19).

## Quadro 2 – Marcos Foco: Política Liberal

1946 - 1951	Violenta queda do poder de compra	1º valor decretado corresponderia a R\$828,00
1952 a 1964	Recuperação do salário mínimo	
1952 e 1959	Forte crescimento de poder aquisitivo	
1957	Salário mínimo maior valor da história	Valor decretado correspondia a R\$ 1.036,00
1960 a 1964	Valor permaneceu estável	
1950	O crescimento do salário de base	Processo de industrialização no Brasil

Fonte: Martins, 2008. Adaptação da Autora, 2020.

O quadro 2 apresenta dados históricos citados por Martins (2008) referente ao salário mínimo e suas variações ao longo dos anos. Costa (2017) ressalta que a partir de 1979, os reajustes passaram a ser realizados semestralmente, mantendo a política de diminuição das diferenças regionais do salário mínimo no país, Martins (2008), ressalta que esse reajuste foi sinalizado até o ano de 1982 em (21,2%), sendo que eventualmente na década seguinte o salário mínimo voltou a ter queda acentuada, esta época ficou conhecida como “década perdida”, assim, de 1983 a 1991 o poder aquisitivo de compra era apenas de 43% em relação ao vigente em 1940, por outro lado houve recuperação no início de 1995 chegando a margem de 31% no ano de 2003. Costa comenta que:

Entre 1982 e 1990, o valor real do SM diminuiu 24%, dado que os reajustes ocorridos após 1983 tinham como objetivo conter a inflação, causando assim, a diminuição do poder de compra do trabalhador. Outro ponto importante deste período, destacado pelo Senado Federal, foi a unificação do valor do SM no país, ocorrida em maio de 1984. A partir da década de 1990, mesmo com os altos índices de inflação, foi observado um aumento de 10,6% do valor real do salário mínimo (COSTA, 2017, p. 15).

Em 1943 a legislação relativa ao trabalho, a (CLT) Consolidação das Leis do Trabalho, visava praticamente só os trabalhadores urbanos, que durante a década de 1940, constituíam a menor parte da força de trabalho, quase toda ela localizada no campo. (MARTINS, 2008, p.42). Araújo (2017) afirma ainda, que a luta dos trabalhadores do campo foi ainda mais expressiva,

essa premissa pode ser observada através da rapidez em que se expandiram as Ligas Camponesas. Araújo ainda comenta:

Nesse sentido, cabe ressaltar a importante vitória conquistada com o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963). A partir de sua aprovação, inicia-se um processo de difusão dos direitos trabalhistas às zonas rurais, tanto no sentido de ampliação dos direitos do trabalhador rural como na garantia dos poucos direitos já existentes, como era o caso do salário mínimo (ARAÚJO, 2017, p. 25).

Martins (2008) ressalta que o trabalhador rural passou por muitos anos de luta para conseguir ter acesso a direitos trabalhistas como: descanso semanal remunerado, aviso prévio, férias anuais remuneradas, sindicalização, dentre outros. O que comprova que neste período os objetivos do Estado favorecia a industrialização, regulamentava ações para o conflito urbano e trabalho, mas por outro lado, apesar dos avanços sociais proveniente das legislações de trabalho, os sindicatos perdiam o poder político. O autor enfatiza que sob a ótica empresarial o salário mínimo favoreceu na estabilidade do cálculo da mão de obra devido a unificação da taxa de salários, representando crescimento do consumo e serviços dos assalariados, elemento importante da industrialização nacional. O autor ainda comenta que no ano de 1937 foi criado por representantes de empregados de diversos ramos da produção o Conselho de Economia Nacional, a fim de coordenar e aperfeiçoar a produção nacional. Definindo em 1942 durante a Segunda Guerra a Coordenação de Mobilização Econômica a qual era responsável por orientar as atividades produtivas, os transportes, bem como, fixar os preços (básico, mínimo e máximo) de consumo nacional. Acerca deste assunto, os autores Monteiro e Cunha comentam:

Com a emergência da II Guerra o Conselho Federal do Comércio Exterior elaborou um “plano de ação para a defesa da economia” ou Plano Econômico, que envolvia basicamente aspectos do comércio exterior. Criou-se para tanto a Comissão de Controle e Abastecimento (Ministério da Agricultura) e a Comissão da Defesa Nacional, um Apêndice do próprio CFCEX. Com a evolução dos acontecimentos mundiais e dada complexidade do controle econômico, foi criada em setembro de 1942 a Coordenação da Mobilização Econômica (MONTEIRO E CUNHA, 1974, p. 6).

De fato, segundo as premissas do salário mínimo ele deveria ser suficiente para suprir as necessidades básicas do trabalhador conforme as conjunturas regionais, dado prazo do triênio foi instituído o reajuste visando

continuidade de um sentido de desenvolvimento igualitário, mas que enfrentou resistência por parte de alguns setores empresariais e devido a atuação insuficiente dos sindicatos o valor ficou congelado por oito anos, causando queda expressiva no poder de compra.

O regime instaurado em abril de 1964 foi inovador, regulando os salários da economia brasileira, os governos anteriores limitavam-se a fixação do salário mínimo e dos vencimentos dos servidores públicos. Um dos frutos do diagnóstico, que os economistas daquele governo faziam da inflação brasileira, foi a decisão de interferir no mercado de trabalho. A continuidade da política salarial visou excelentes resultados, facilitando a acumulação de capital, por meio de aumento da taxa de lucro e compressão da taxa salarial (popularmente conhecido como “arrocho salarial”). No período do Governo Figueiredo, a política salarial teve que ser reformulada à luz do movimento de massas iniciada na região do ABC Paulista, por conta do acirramento das tensões inflacionárias (MARTINS, 2008, p.43). Sobre a mudança da política salarial Macarini diz:

“Mudança da política salarial, com a introdução da semestralidade dos reajustes (além de um esquema de reajustes diferenciados de forma a beneficiar as faixas salariais mais baixas)” (MACARINI, 2008, p. 18).

Fazendo com que os reajustes passassem a ser semestrais e diferenciados por faixas salariais, de maneira que até fevereiro de 1983 (edição do DL 2012/83) os salários com base de até 3 salários mínimos recebiam 110% do INPC e aqueles maior de 3 ou até 10 salários mínimos recebiam 100% do INPC. Com a crise externa de 1981/1983, o governo volta a introduzir mudanças na política salarial (DL2012/83), objetivando saldos positivos nas transações correntes, via contenção da demanda interna, e particularmente dos salários. (MARTINS, 2008, p.44). Nesse período de militarismo alterando as normativas de reajuste salarial passaram a ser calculados levando-se em consideração a inflação esperada, o que gerou forte queda do poder de compra, o governo militar optou pela exclusão social reduzindo espaço dos movimentos sindicais. Saindo deste cenário militar surge uma nova proposta de governo voltada para o social com Tancredo Neves, Vasconcelos assim comenta:

A eleição, em 15 de janeiro de 1985, pelo Colégio Eleitoral, do falecido presidente Tancredo Neves expressa o fim da Ditadura Militar do pós-64 e o início de um novo contexto histórico, denominado de Nova República. Resgatavam-se velhas palavras de ordem como justiça social, liberdade política e resgate da dívida social; recuperavam-se os símbolos nacionais como a bandeira e o hino nacional e o orgulho de ser brasileiro; criava-se o pacto social (VASCONCELOS, 2005, p. 445).

Assume o governo civil de José Sarney, com o fim do ciclo dos governos militares. O governo institui o Plano Cruzado (fevereiro de 1986), o Plano Bresser (junho de 1987) e o Plano Verão (janeiro de 1989), após uma fase de muita indecisão, todos de natureza heterodoxa. Com as sucessivas derrotas das experiências heterodoxas e o fim do governo da “Nova República”, é eleito Fernando Collor e com ele uma nova fase se inicia na política brasileira: “o neoliberalismo subdesenvolvido”. Fazendo a política salarial atender aos imperativos do combate à inflação e do ajuste externo (MARTINS, 2008, p.44). Um governo que não deu certo e ainda causou prejuízos para a população com o polêmico confisco das poupanças. Acusado de corrupção Collor foi afastado para investigação, assim comenta Vasconcelos:

Com a aprovação do histórico *impeachment* do presidente Collor, o Movimento pela Ética na Política deu origem a uma outra cruzada ética: a constituição do movimento social Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Liderado por Betinho, o movimento foi lançado oficialmente em 8 de março de 1993, tendo como objetivo “mobilizar, e acima de tudo, sensibilizar a sociedade para a necessidade de mudanças fundamentais e urgentes capazes de transformar a realidade econômica, política e social do país [...] que leva à exclusão, à fome e à miséria (VASCONCELOS, 2005, p. 447).

Em 1990, cerca de um terço da população brasileira (42 milhões de pessoas) eram classificados como pobres, e 12% (16,6 milhões) eram consideradas indigentes. A população pobre estava concentrada principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A pobreza era mais rural que urbana: 30% da população geral e pobres, enquanto 39% da população rural são classificadas como tal. O número de pobres e indigentes caiu ligeiramente na última década. Se em 1990 30% da população geral era classificada como pobres, em 1981 esse setor correspondia a 34% do total. No mesmo período ocorreu uma diminuição do número de indigentes de 14% para 12% (GEISA, 2014, p. 05).

Posteriormente é eleito Fernando Henrique Cardoso, no fim do período Collor, que com o Plano Real, consegue vencer o fenômeno inflacionário, aprofunda também as medidas introduzidas pelo antecessor, gerando “precarização” no mercado de trabalho e retirando direitos sociais. O “arrocho salarial” foi viabilizado pela reestruturação produtiva e por uma agressiva política de ataque ao mundo do trabalho (MARTINS, 2008, p.44).

### **1.3 – Primeiro Mandato de Lula**

No início do primeiro governo de Lula, a situação da economia era crítica. Em 2002, a inflação bateu 12,5%; a taxa de juros (Selic) atingiu 25%. O risco Brasil (EMBI) saltou de 861 pontos (2001) para 1445 pontos (2002). As reservas internacionais atingiram seu menor nível desde 1994 (FAGNANI, 2011, p. 4). Um dos principais focos do Presidente era controlar a inflação e garantir a estabilidade da moeda, melhorando então o cenário econômico do país. Sobre a política partidária de Lula, Almeida comenta:

Uma primeira observação, quanto ao conteúdo ou a função que a política externa parece desempenhar no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), pode ser feita em relação, justamente, à “ideologia da política externa” neste governo, o que tem a ver com o papel da diplomacia no processo de desenvolvimento do Brasil (ALMEIDA, 2007, p. 01).

Almeida (2007) ainda diz que para o PT esta ideologia deve fazer parte do projeto nacional, o que impulsionaria no processo de desenvolvimento marcado pela integração soberana na economia internacional. Ainda neste contexto Almeida expõe:

Uma segunda observação tem a ver com as “ferramentas” mobilizadas pelo governo Lula em seu trabalho diplomático, algumas inéditas na história política brasileira, e reconhecidas expressamente em vários discursos de improviso pelo próprio presidente. Elas contemplam tanto os canais tradicionais da diplomacia oficial, normalmente conduzidos pelo Itamaraty, e canais partidários, consubstanciados nos contatos e conversações que possam ser mantidos por assessores presidenciais com partidos e grupos dispostos de identidade ideológica e afinidades políticas (como aqueles reunidos no âmbito do Foro de São Paulo) (ALMEIDA, 2007, p.01).

A expansão das exportações, dos salários, também do salário mínimo, o crescimento do crédito e a retomada dos investimentos públicos estiveram entre os principais fatores que levaram a maximização do crescimento da economia brasileira, observa-se este crescimento ainda maior na segunda

metade da década. Com exceção da agricultura, esse crescimento teve elevada elasticidade de emprego decorrente, entre outros pontos da evolução da demanda interna e dos padrões de consumo que ficaram mais intensivos em serviços, resultando em aumento da ocupação e acarretando declínio no desemprego aberto. Este regime de crescimento em que a melhor distribuição de renda e expansão do crédito maximiza a demanda e o padrão de consumo para novos consumidores de baixos salários levou a uma mudança na estrutura do emprego. (MEDEIROS, 2015, p.08).

A China teve grande participação no crescimento econômico no país, um cenário promissor alavancando as exportações de matéria prima como soja, minérios de ferro e petróleo. Iniciando abertura para novas oportunidades o fortalecimento da economia trouxe benefícios também para o mercado de trabalho, com a alta da industrialização houve geração de trabalho o que contribuiu com a melhoria da condição econômica de grande parte da população.

Um plano de ação que explicitava como objetivos o aumento da eficiência da estrutura produtiva, o aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e a expansão das exportações. Esta seria a base para uma maior inserção do país no comércio internacional, estimulando os setores onde o Brasil teria maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas e abrindo caminhos para inserção nos setores mais dinâmicos dos fluxos de troca internacionais (CANO E SILVA, 2010, p.07).

Ao longo da década, a principal mudança na estrutura das ocupações no país foi o declínio do emprego agrícola entre 2002 e 2011 foi de (-24,1%) percentual, do emprego doméstico, (-8,0%), na indústria de transformação (-6,6% entre 2009 e 2011), decorrente da grande queda da produção industrial em 2010. Por outro lado, houve crescimento relativo na construção civil, serviços em particular de alojamento e alimentação, transportes, armazenagem e comunicação, incluindo também os serviços financeiros, juntamente com a Administração Pública. Na educação saúde crescimento foi bem modesto, perdendo nos últimos anos posição relativa (MEDEIROS, 2015, p.08). A respeito do estilo político adotado Cano e Silva comentam:

Tratava-se de uma política governamental construída a partir de uma visão da complexidade da estrutura produtiva do país e apoiada na percepção de que os diversos setores e cadeias

produtivas desempenham papéis diferenciados na dinâmica do desenvolvimento, em termos de geração e difusão de inovações, competitividade e dinamismo internacional e atendimento das necessidades básicas da população, e que se refletem na sua posição no desenho da política (CANO E SILVA, 2010, p.07).

Souen (2012) fala sobre a decadência da agricultura de 2009 a 2011, a autora esclarece que a indústria e a expansão dos serviços mercantis representam fator relevante a composição do emprego. A autora ainda comenta que o primeiro governo de Lula foi marcado pela melhora da demanda de mercado externo favorecendo o desempenho do crescimento do PIB através do investimento e consumo e que de 2003 a 2006 foi um período de estruturação no mercado de trabalho, diante disto houve evolução na implantação de uma política do salário mínimo. Com a política americana de juros baixos a liquidez internacional aumentou favorecendo assim o movimento do comércio mundial, melhorando o crescimento das exportações, principalmente em commodities e manufaturados, cresce então a procura de produtos da China. Souen (2012) ainda comenta que devido aos juros elevados e com uma política econômica restritiva segue priorizando o controle inflacionário em busca de superávits primários a fim de reduzir a dívida externa. A autora comenta que devido ao aquecimento da economia o índice de desemprego ficou controlado aumentando o PIB de 3,5% a.a entre os anos de 2004 e 2006, o que ocasionou aumento na elasticidade emprego em relação ao produto, fator positivo que influenciou também no aumento do crédito às empresas e ao consumidor.

A falta de proteção previdenciária e a informalidade, junto a massa do trabalho e seus rendimentos captada pelo PNAD, teve crescimento nesse mesmo período. Este cenário significou melhoria nas condições para a continuidade do processo de recuperação do valor real do salário mínimo. (SOUEN, 2012, p.06). Dedecca e Rosandiski declaram que:

São claros os sinais de relação positiva entre recuperação econômica e recomposição do mercado de trabalho, que, por consequência, desfazem o mito da impossibilidade do país restabelecer capacidade de crescimento e de geração ponderável de novas ocupações (DEDECCA E ROSANDISKI, 2004, p. 10).

Com a recuperação das atividades econômicas ocasionou forte estímulo nas contratações formais, devido ao aumento da capacidade produtiva das

médias e grandes empresas, dominantes no setor exportador. Surgindo um período de maximização das ocupações, principalmente o emprego assalariado formal. Com o bom desempenho do produto, houve aumento do emprego e formalização dos gastos das famílias e empresas, que se deve à ampliação do crédito de longo prazo (SOUEN, 2012, p.06). Além da criação de empregos pode-se destacar também o crescimento da classe C o que está diretamente ligado ao crescimento do salário mínimo e aumento da concessão de crédito neste período.

Além de uma geração mais ponderável de novas oportunidades ocupacionais, já mencionada anteriormente, a recuperação atual se distingue ainda da anterior em relação à capacidade de geração de oportunidades vinculadas ao mercado formal de trabalho (DEDECCA E ROSANDISKI, 2004, p. 11).

Souen (2012) comenta que as políticas sociais e avanços nas áreas de saúde, educação previdência e assistência social contribuíram para aumento dos empregos formais. Após 2003 o desempenho da economia e do mercado de trabalho foram essenciais para o crescimento do emprego formal, haja vista que esta melhora está relacionada à maior fiscalização do governo nos estabelecimentos e nos contratos de trabalho. Uma vez que os Ministérios tinham como objetivo elevar a arrecadação de impostos e contribuições sociais a fim de equilibrar os gastos sociais buscando promover equilíbrio macroeconômico. Dedecca e Rosandiski relatam:

Os dados da PNAD revelam, ainda, que a geração de empregos formais vem ocorrendo em estabelecimentos com alguma estruturação produtiva e administrativa. Do total do emprego criado entre 2002 e 2004, 75% foram gerados em estabelecimentos com 11 ou mais empregados e 67% nesses estabelecimentos e com contribuição para a previdência. Isto é, 2/3 do emprego criados apresentavam contribuição para a previdência e foram em estabelecimentos melhor estruturados (DEDECCA E ROSANDISKI, 2004, p. 14).

As eventuais mudanças políticas e o início da recuperação econômica no início de 2004, e com maior força em 2005, junto ao crescente esforço das centrais sindicais e junto com a função do empenho dos trabalhadores, foi primordial para a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Atos nacionais em prol do salário mínimo ocorreram em 2003 como a Marcha das Margaridas e em 2004 a Marcha para um Salário Mínimo Digno, tais atos influenciaram de forma positiva em propostas concretas, tendo apoio do Dieese

e da coordenação pela CUT, com foco na recuperação do piso salarial anual (Krein, 2005). Tendo aumento gradativo da arrecadação pública, da previdência social, das atividades econômicas e das contratações formais, juntamente com a estabilidade monetário, os movimentos sindicais e as reivindicações em prol do salário mínimo foram consideradas positivas. (SOUEN, 2012, p.09). Souen ainda comenta:

Embora Lula tenha uma forte relação com o Partido dos Trabalhadores, juntamente com movimentos sindicais, com compromisso de acompanhar as mudanças do salário mínimo, o PT tinha como propósito dobrar o valor do salário mínimo, por isso, em seu primeiro mandato foi fácil o diálogo entre as centrais sindicais e o governo neste quesito. O maior poder de barganha fez que a melhora fosse visível nas condições econômicas e do mercado de trabalho, favorecendo as primeiras iniciativas concretas para a recuperação do salário mínimo, como visto em 2004, por parte das instituições do Conselho Nacional do Salário Mínimo, para formular políticas de valorização do Piso Mínimo, juntamente com a elaboração do orçamento do governo, se estabeleceu a vinculação do mínimo à variação do *PIB per capita*. (SOUEN, 2012, p.10).

Algumas políticas públicas do governo do presidente Lula buscaram o reconhecimento dessas pessoas ao criar leis de incentivo à inclusão social com dignidade e a melhoria da qualidade de trabalho e renda. Há maneiras diferentes de medir a pobreza e a desigualdade, cada uma delas com vantagens e desvantagens próprias. Será citado apenas exemplos de estatísticas oficiais provenientes do IBGE, Do IPEA, da ONU, e do Banco Mundial, para assim dimensionar essa questão. Definiremos “pobre” como aquele cuja renda não é suficiente para satisfação às necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário e educação e “indigente” como aquele cuja renda não satisfaz sequer as necessidades nutricionais (GEISA, 2014, p. 05).

As seis maiores centrais sindicais encabeçaram ações e propostas que avançaram dando continuidade em 2005 da campanha pela instituição da Comissão Quadripartite do Salário Mínimo, tendo como objetivo uma política para o mínimo permanente, em 24 de janeiro de 2006 ocorreu a assinatura de um Protocolo de Intenções, que privilegiava a sistematização dos reajustes a longo prazo, somente em 2006 a formulação concreta para os reajustes com envio para o governo federal tais propostas, tendo que considerar o repasse da inflação dentro o período das correções e aumento real pela variação do PIB

de dois anos anteriores, este critério foi incorporado em 2007 e aplicado em 2008 (SOUEN, 2012, p.10). As centrais sindicais tiveram papel fundamental neste período, sua atuação junto ao Governo Federal teve grande importância na defesa dos interesses trabalhistas.

De fato, um salário mínimo com valor justo pode estimular a demanda agregada seja através do reajuste dos salários mais baixos, ou, indiretamente por meio do efeito multiplicador como explica Jungbluth (2010), a tendência dos trabalhadores consumir é maior quando eles possuem uma renda maior. E assim, o salário mínimo passa a ter efeito positivo na economia no sentido de refletir na elevação do nível de emprego e na promoção bem estar social.

Em análise geral da evolução dos reajustes, o cenário econômico ainda incerto e a alta da inflação INPC de 10,4% em 2003, mesmo com toda expectativa em relação ao novo governo, o aumento real do salário mínimo de 1,3% foi pequeno. A inflação iniciou um movimento de queda a partir de 2004, favorecendo os aumentos reais que atingiu 2,9%, chegando a 7,5% em 2005. Em 2004 o aumento do mínimo foi de 14,1% em termos reais médio, sendo o maior no período dos dois mandatos, entre 2003 e 2010. Apesar da trajetória de valorização do salário mínimo, com ganhos reais continuados desde 1995, o seu valor anual médio em 2003 (R\$340,92), o mesmo nível de 1986 (R\$340,85), em reais constantes de abril de 2010, o piso nacional no início do Governo Lula, partiu de uma base bem baixa (SOUEN, 2012, p.10 e 11). O primeiro mandato do presidente Lula encerra com alta na geração de emprego, com elevação no PIB brasileiro, além disto, viabilizou o desenvolvimento tecnológico no país.

#### **1.4 – Segundo Mandato de Lula**

No início do seu segundo mandato, Lula encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional dispondo sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelecendo diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. O projeto estabelecia que o salário mínimo, a partir de 1º de abril de 2007, passaria para R\$380,00 (trezentos e oitenta reais) e no período de 2008 a 2011, os reajustes do salário mínimo seriam antecipados em um mês por ano

até que a majoração ocorra em 1º de janeiro de 2011. O reajuste para preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, a partir de 2008, corresponderá à variação acumulada do INPC. A título de aumento real, o salário mínimo será acrescido de percentual idêntico ao do crescimento real do PIB ocorrido dois anos atrás (ou seja, em 2008, além do INPC, o salário mínimo receberá aumento equivalente à variação do PIB em 2006) (MARTINS, 2008, p.44). Em relação às prerrogativas do governo Lula Souen comenta:

Os acontecimentos positivos, econômicos e políticos foram reforçados em 2006, com a reeleição do Presidente Lula, continuando com políticas macroeconômicas redução da inflação, superávit primário e na política de câmbio flexível, o intuito do governo era promover ambiente que maximizasse crescimento sustentável da atividade econômica, com fortalecimento dos estágios de consolidação de estabilidade monetária e das contas públicas, é importante ressaltar o papel do Estado para estimular o desenvolvimento. Porém, se deve apontar o não aprofundamento no ajuste fiscal, juntos com os processos que induzem a ampliação da demanda interna. (SOUEN, 2012, p.11).

É importante lembrar que as recomendações da corrente liberal no sentido de aprofundar o ajuste fiscal, elevam o superávit primário e reduzem as metas de inflação, perdendo suas forças. O governo reeleito demonstrou conduta contrária a essa visão, continuando com a maneira ortodoxa do Banco Central de manter os juros a níveis bastante elevados e valorizando as taxas de câmbio, usando estratégias de políticas econômicas desenvolvimentistas, juntamente com aglomerado de medidas de aceleração do crescimento sustentável, seguindo três linhas: 1) acelerando o desenvolvimento social, aumentando as transferências de renda e maximizando o salário mínimo; 2) estímulo monetário e fiscal; 3) elevação dos investimentos públicos e aumento do papel do Estado na economia (SOUEN, 2012, p. 11 e 12).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi lançado oficialmente em 22 de janeiro de 2007, dia do lançamento oficial. Sua elaboração iniciou tão logo o presidente Lula se reelegera, três meses antes do lançamento. Como âncora do segundo mandato de Lula, o programa prometia “destravar a economia brasileira permitindo taxas de crescimento do PIB da ordem de 5%. O PAC tem como macro objetivos a promoção do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira (MACEDO, 2011, p. 39). Com alta na estrutura produtiva

dos diversos setores no país percebe-se a valorização e o aumento da competitividade, em termos de inovação o Brasil passou a desenvolver vantagens competitivas abrindo novas oportunidades de exportação.

Souen (2012) Comenta que o foco do PAC era nos investimentos públicos em infraestrutura, a fim de privilegiar o desenvolvimento regional, por meio da Caixa Econômica Federal principalmente para o setor habitacional, intensificando apoio às empresas de fomento e empresas estatais via BNDES. Iniciando assim um processo de recuperação no setor público federal, no salário do funcionalismo e também ampliando a transferência de renda como por exemplo do Bolsa Família, permitindo combater a pobreza extrema e estimulando a demanda agregada. O objetivo do governo era de maximizar o poder de compra do salário mínimo, elevando o poder de barganha dos trabalhadores no quesito proteção sindical e ampliar também o poder de renda dos aposentados e pensionistas do INSS por meio dos benefícios assistenciais.

Um dos instrumentos de política anticíclica utilizada, foi a valorização real do salário mínimo, com a crise internacional de 2008. O governo focou em uma política econômica desenvolvimentista, para enfrentar a liquidez internacional e os efeitos que tinha na economia brasileira, visto que a situação fiscal e as contas externas estavam equilibradas, com a adoção de políticas públicas de ampliação da liquidez interna, juros com taxas básicas reduzidas, aumento do estímulo ao investimento, via lançamento do segundo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC II), focando no setor de infraestrutura, a Petrobrás e os projetos do pré-sal em destaque, e inúmeros investimentos nas áreas sociais. (SOUEN, 2012, p.12 e 13).

Já no início do segundo mandato, de forma mais intensa após 2008, em resposta a crise e seus efeitos externos, observou-se crescimento da participação de investimentos públicos em 2006 de 1,6%, para 2,9% em 2009, os investimentos privados sendo estimulado, o valor do PIB teve elevação em 2006 de 16,4%, para 18,7% em 2008, resultando em aumento médio do produto entre 2006 a 2008 de 5,1%, sendo superior a média de 2003 a 2005 que foi de 3,4%, isso é resultado das políticas anticíclicas, no aumento forte do PIB de 7,5% em 2010. A política de valorização do salário mínimo foi

importante, para garantir o poder de compra da população pobre, e para sustentar a demanda. Os resultados das contas públicas, o desempenho econômico e a arrecadação da previdência social, no primeiro mandato foi mais intenso, seguindo os reajustes reais do salário mínimo, entre 2006 e 2010 acumulado em 21,91%, porém abaixo dos 27,87% do período de 2003 a 2006. (SOUEN, 2012, p.13). A preocupação de Lula era priorizar os interesses econômicos nacional, assim, a política externa visava aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas, buscando viabilidade nos acordos a serem firmados, além de intensificar relação com países emergentes e manutenção na relação com os países mais ricos. Assim Vizentini comenta sobre o engajamento de Lula em relação ao foco e interesses econômicos.

O governo Lula, por sua vez, começou a negociar mais firmemente, visando defender os interesses econômicos brasileiros. Como global trader, o país deseja manter suas relações com várias áreas do mundo, priorizando o Mercosul e a integração sul-americana (VIZENTINI, 2005, p. 15).

A variação real maior do salário mínimo foi de 7,2% em 2009, devido a queda no índice da inflação de 4,1% e do desempenho do PIB de 6% em 2007, que partiu do critério de reajuste que foi definido em 2007. A variação real acumulada dos dois mandatos do governo de Lula superou os 55%, ficando o índice acima dos 45,69% que foram registrados no período dos dois mandatos do governo FHC (SOUEN, 2012, p.13 e 14).

Foi se estabelecendo uma convergência entre o governo federal, o congresso e sindicatos sobre a importância de valorizar o salário mínimo através da adoção de uma política de médio ou longo prazo que a política de salário mínimo pode ser resgata no país e retomado a trajetória de crescimento. Ademais, o segmento das grandes empresas passou a fazer eco a favor da política, seja porque pagam salários de base superiores ao mínimo, seja porque o aumento do piso legal lhes beneficia em termos de maior demanda e maior produção (JUNGBLUTH, 2010, p. 68).

Uma política de prevenção do valor real do salário mínimo, substituindo a incerteza de negociações todos os anos, estabeleceria uma estratégia de valorização permanente, instituída por Lei. Com isso em 2007, assim assinado

o protocolo de definição do critério de reajuste, fundamentando uma política de valorização do piso salarial, negociado entre governo e as principais centrais sindicais, previsto até 2023. Nos doze meses anteriores, estabeleceu a correção da inflação acumulada anteriores ao reajuste, de acordo com a Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/ IBGE), mais dois anos anteriores da variação do PIB. Este acordo entrou em vigor em 1º de março de 2008, em virtude dos planos plurianuais do governo, seria revisados de quatro em quatro anos, a primeira revisão ficou definida para 2011. Antecipada em um mês a data base do reajuste, o que ocorreu em 2010, para ser fixada no mês de janeiro. Medidas tais definidas em Projeto de Lei nº 42, e em 2007 enviado para apreciação do Congresso Nacional, Sem votação no atual governo, na qual foi postergada para o governo seguinte de Dilma Rousseff. (SOUEN, 2012, p. 14).

Foi se estabelecendo uma convergência entre o governo federal, o congresso e sindicatos sobre a importância de valorizar o salário mínimo através da adoção de uma política de médio ou longo prazo que a política de salário mínimo pode ser resgata no país e retomado a trajetória de crescimento. Ademais, o segmento das grandes empresas passou a fazer eco a favor da política, seja porque pagam salários de base superiores ao mínimo, seja porque o aumento do piso legal lhes beneficia em termos de maior demanda e maior produção (Jungbluth *et al.*, 2010).

Negociações de aumentos anualmente, pelo critério de reajustes definidos em 2007, a recuperação das elevações dos salários somada ao valor real do salário mínimo real, decorre das negociações coletivas, para estabilidade monetária, valorização do câmbio e ampliação do emprego formal, continuou afetando de maneira positiva para o aumento da renda média do trabalho, assim como a renda média das famílias mais pobres, via aumento de menores rendimentos do mercado de trabalho, e também via valorização do piso de benefícios assistenciais e previdenciários, da massa salarial, resultando assim variações menores, se comparar a variação do período de 2003 a 2006. Ente 2006 e 2009 o crescimento da renda média e da massa salarial foram de 6,2% e 12,1%, sendo que no primeiro mandato de 11,8% e 23,9%, segundo

dados do PNAD. Isso contribuiu para que houvesse redução da desigualdade nos rendimentos do mercado de trabalho, assim como na renda geral dos mais pobres. (SOUEN, 2012, p. 14).

Com a maior influência do salário mínimo sobre a taxa de salário e sobre o salário médio é possível que os aumentos decorrentes do reajuste anual possam vir a se traduzir em maiores pressões sobre os custos salariais e sobre os preços principalmente se movimentados voltados a recompor margens de lucro e/ou os contornos salariais (especialmente na indústria) estiverem correndo. Neste sentido, a negociação de políticas de renda de forma a manter a política de valorização do salário mínimo e evitar um acirramento no conflito distributivo torna-se crescentemente importante (MEDEIROS, 2015, p. 28).

## **CAPÍTULO 2 – VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO ANO 2002**

A tendência decrescente da desigualdade de renda neste período recente, se deve a movimentos ascendentes do valor real do salário mínimo, para os trabalhadores da base da pirâmide social, com remunerações próximas ou equivalentes ao salário mínimo, importante na elevação no domínio do rendimento médio e mediano do mercado de trabalho, de acordo, com dados do (PME/ IBGE), considerando as seis regiões metropolitanas, ocorreu aumento entre salário mínimo real e rendimentos médio e mediano reais, no período de 2010 de 34,3%, em comparação a 2006 de 32,4%, sendo comparados salário mínimo/ renda média, já a relação de salário mínimo/ renda mediana, foi de 55,8% em 2006, ultrapassando 60% em 2010. (SOUEN, 2012, p. 20).

Nesse contexto abordando a valorização do salário mínimo, um fato relevante e a questão da desigualdade social, em âmbito nacional. Visto que é eminente a desigualdade social no Brasil, como pressuposto inicial o piso salarial, que influência de maneira direta para o aumento da pobreza, mesmo com aumento do poder de compra do salário mínimo.

## 2.1 – Desigualdade Social e Corrupção

A concentração de renda e a desigualdade no Brasil, está presente desde sua colonização. Por mais de 500 anos a renda no Brasil é mal distribuída, estando ligada a posse da terra, desde o início da colonização com as capitânicas hereditárias, extensas faixas de terras estavam concentradas nas mãos de poucos, dessa mesma forma tempos depois nas mãos dos senhores de engenhos, e séculos depois nas mãos dos barões do café. Os trabalhadores escravos, marginais do processo compunham a classe pobre, quase sempre mal alimentada. Com a abolição da escravidão, a situação da renda poderia ser melhorada, no entanto, a imensa massa de negros foi deixada a própria sorte, sem qualquer tipo de assistência. Os negros foram duramente penalizados, pois além de desempregados, também ficaram sem moradia, assim permaneceram à margem da sociedade (GEISA, 2014, p. 01).

Para Geisa (2014) a desigualdade no Brasil é desde os primórdios de sua história, advinda da colonização da sociedade brasileira, a autora explica que a desigualdade brasileira possui peculiaridades ao modo que há maior parte da população de baixa renda e uma minoria compõe a elite, visto que a minoria é quem detém o poder, a riqueza e também instituem as leis e o direcionamento do desenvolvimento do país.

No contexto de Souza (2016 apud MEDEIROS 2005), A concentração de renda no topo é uma das características mais marcantes da desigualdade brasileira, algo reconhecido inclusive por estudos baseados em pesquisas domiciliares cuja capacidade de captar o extremo superior da distribuição de renda é reconhecidamente limitada.

Para compreender o desenvolvimento brasileiro e a desigualdade, remete-se a Era Vargas (1930-1945), uma vez que a partir de 1930, a indústria passa a ser o setor mais prestigiado da economia, concorrendo para importantes mudanças na estrutura da sociedade. Intensifica-se o fluxo migratório do campo para os centros urbanos mais industrializados, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro, que, adicionado ao crescimento vegetativo da população, proporciona uma maior oferta de mão-de-obra e o aumento do consumo. Nesse período intensifica a produção da riqueza pela classe trabalhadora, ou seja, de forma coletiva, mas sua apropriação ocorre de forma privada (GEISA, 2014, p.02).

Assim sendo, Karl Marx (1986) vai afirmar que a desigualdade é resultante da divisão de classes, entre aqueles que detêm os meios de produção e os trabalhadores que só tem a força de trabalho para garantir sua sobrevivência. Com isso a desigualdade vai depender do modo como a sociedade organiza a produção e a distribuição dos bens que consome.

De acordo com Reis (1998), na transição da ditadura para democracia (1985-1989), o Projeto político enfatizava a ampla produção de bens sociais pelo governo como meio privilegiado de promover a cidadania. Estava focado em pagar a enorme “dívida social” gerada pela ditadura, sendo prioridade do projeto de democratização. Ainda que fosse dada muita ênfase as políticas de bem-estar social, não houve êxito nas tentativas de redistribuição. A má situação das finanças públicas e o fracasso das tentativas de expandir as iniciativas de bem-estar social contribuíram para uma mudança no projeto político.

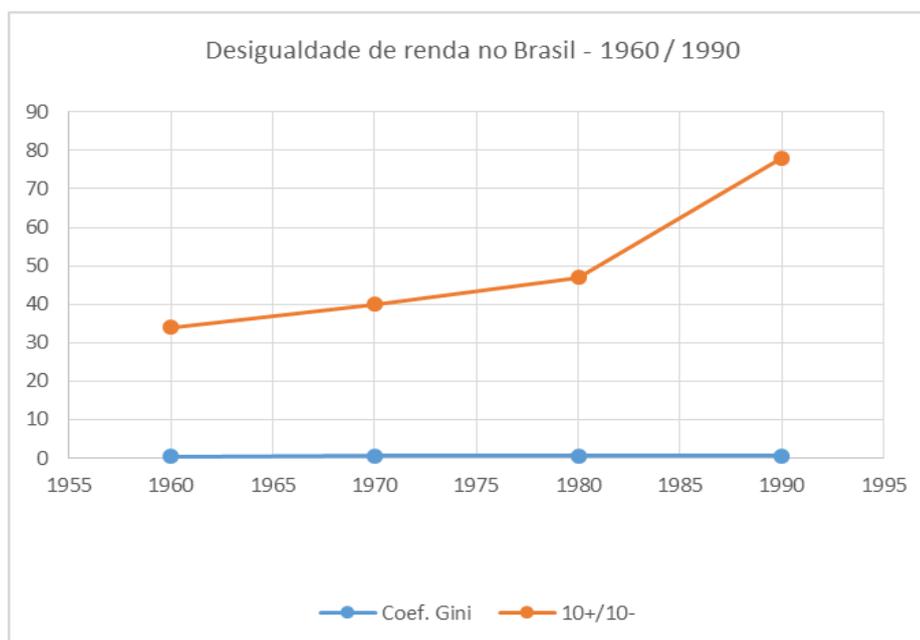
Para Medeiros (2003), estudar as características dos ricos e de sua riqueza é fundamental para a formulação de políticas que visem reduzir a desigualdade e a pobreza no Brasil. Dessa forma o autor explica que no Brasil, os indivíduos mais ricos, não só detêm a maior parte da riqueza do país, além de orientarem os destinos da economia, como também encontram-se em posições privilegiadas para influenciar as decisões de Estado e a formação da opinião pública. O autor relata que possivelmente as Estratégias de erradicação da pobreza por meio do controle populacional ou do crescimento puro da economia, serão praticamente inviáveis nas próximas décadas.

O maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social segundo a UNODC (2013) é a corrupção no mundo. Em média, é gasto ao ano, cerca US\$ 1 trilhão com suborno, enquanto que outros US\$ 2,6 trilhões são desviados pela corrupção, essa equivale a mais de 5% do PIB mundial. É estimada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que nos países em desenvolvimento a quantia de fundos desviados de seus destinos pela corrupção é 10 vezes superior ao destinado a assistência oficial para o desenvolvimento. Porém, a corrupção não se limita apenas a roubar fundos das áreas em que eles são mais necessários; ela contribui para um governo fraco, e isso, por sua vez, estimular a rede de crime organizado e promover o tráfico de drogas ilícitas, armas e pessoas. Geisa argumenta:

O desenvolvimento econômico fundamentado no neoliberalismo promove a exclusão social de pessoas, tornando-as invisíveis ao olhar do poder público e de grande parte da população. Podemos observar essa realidade entre os catadores de materiais recicláveis, anteriormente taxados de catadores de lixo. Estes catadores executam um trabalho que favorece o município, visto que, dão uma destinação adequada do lixo, diminuem o volume de lixo destinado ao aterro sanitário e aumentam a vida útil do mesmo. Além do mais vivem em situação degradante e de miséria (GEISA, 2016, p. 05).

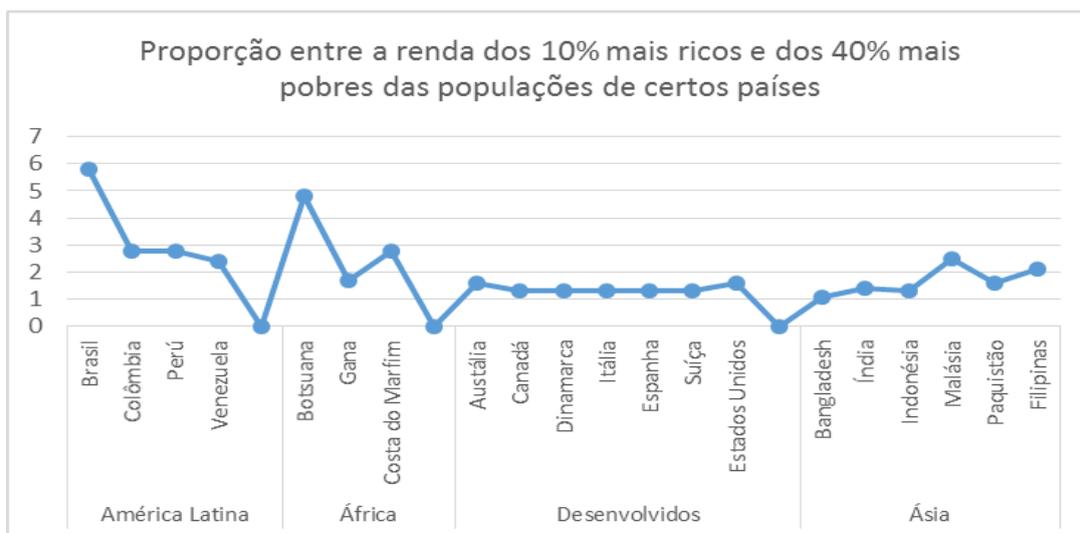
É importante reafirmar que o desenvolvimento humano é uma das mais eficientes estratégias para a preservação e desenvolvimento ambiental e onde os princípios inovadores da sustentabilidade precisam ser garantidos para que haja de fato qualidade de vida no território. Inegavelmente um dos maiores benefícios para as populações do Território no que se refere à questão ambiental seja a criação de condições para que avance também nas outras dimensões do desenvolvimento (GEISA, 2014, p. 05).

**Gráfico 1 – Desigualdade de Renda no Brasil 1960 / 1990**



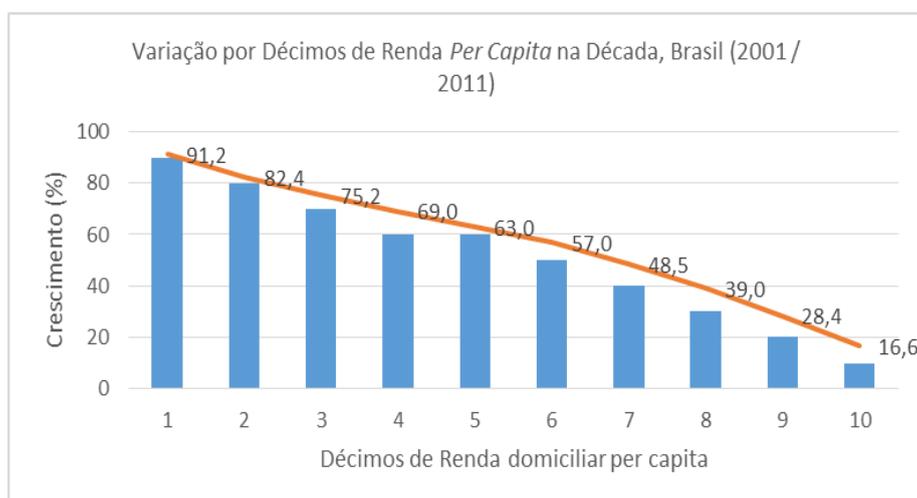
Fonte: Reis, 1998. Adaptação da Autora, 2020.

*Segundo Reis (1998) baseado no coeficiente Gini, a desigualdade piorou de 1960 à 1990.*

**Gráfico 2 – Proporção Entre a Renda Mais Ricos e Mais Pobres %**

Fonte: Reis, 1998. Adaptação da Autora, 2020.

No entanto de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar) a *desigualdade de renda no Brasil vem caindo continuamente desde 2001*. Referenciado n gráfico 2. Entre 2001 e 2011, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período. Ou seja, a do décimo mais pobre cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos. Os ganhos de renda obtidos aumentam paulatinamente, na medida em que caminhamos do topo para a base da distribuição de renda.

**Gráfico 3 – Variação por Décimos de Renda Per Capita**

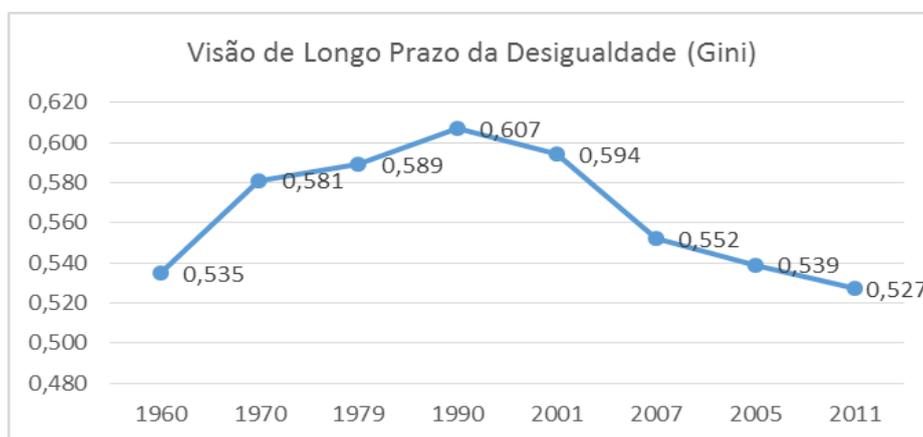
Fonte: Reis, 1998. Adaptação da Autora, 2020.

Uma breve análise do gráfico 3 mostra que a mediana de renda no Brasil cresceu 63,61%, quase duas vezes mais rápido que os 32,2% da média de renda na década passada, o que é uma medida da magnitude da redução de desigualdade observada. A renda do Nordeste sobe 72,8%, contra 45,8% do Sudeste. Similarmente, a renda cresceu mais nas áreas rurais pobres, 85,5%, contra 40,5% nas metrópoles e 57,5% nas demais cidades. Ações como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria ajudam a entender este resultado.

Tendo consolidado uma plataforma robusta com a presença do Programa Bolsa Família na totalidade dos municípios brasileiros, com sua operação assentada em um cadastro forte e consistente, que acolhe 40% da população do país, e em sólidos instrumentos de gestão e de controle social, novos avanços se tornaram possíveis. Com o Brasil Sem Miséria, lançado no início do governo da presidenta Dilma Rousseff, em 2011, o governo federal reforçou o compromisso de incentivar o crescimento com distribuição de renda, reduzindo desigualdades e promovendo inclusão social. E ousou ir além, colocando ao Estado e a toda a sociedade brasileira o ambicioso desafio de superar a extrema pobreza. De maneira geral, a renda de grupos tradicionalmente excluídos que tinham ficado para trás foi a que mais prosperou no período. Em particular, negros, analfabetos, crianças, nordestinos, moradores do campo foi onde a renda cresceu mais no século XXI.

O gráfico 4 apresenta a relação do índice Gini ao longo dos anos, a progressão até 1990 e seu declínio acentuado a partir de 2001 percorrendo os anos até 2011.

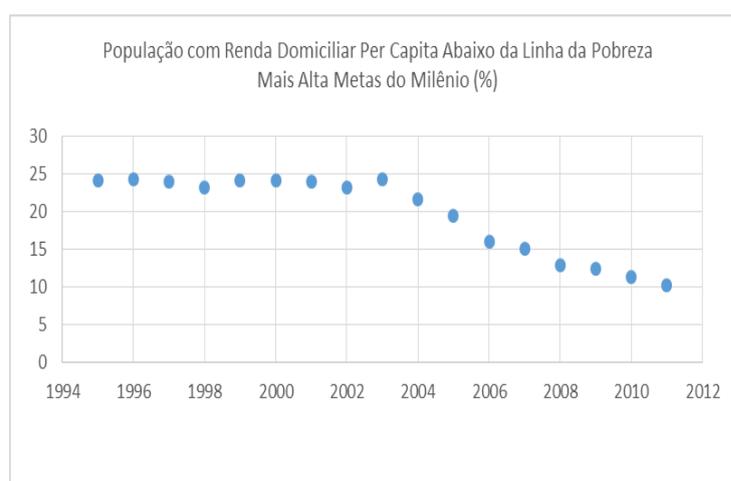
**Gráfico 4 – Visão de Longo Prazo da Desigualdade (Gini)**



Fonte: Reis, 1998. Adaptação da Autora, 2020.

A inédita redução da desigualdade observada na década passada como apresenta o gráfico 5 mostra que pode ser composta pelas diversas fontes de renda captadas pela PNAD e retrabalhadas da seguinte forma: Trabalho (58%), Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (BPC2 4%) e Outras Rendas (6%) como aluguéis e juros.

**Gráfico 5 – Renda Domiciliar Per Capita %**



Fonte: Reis, 1998. Adaptação da Autora, 2020.

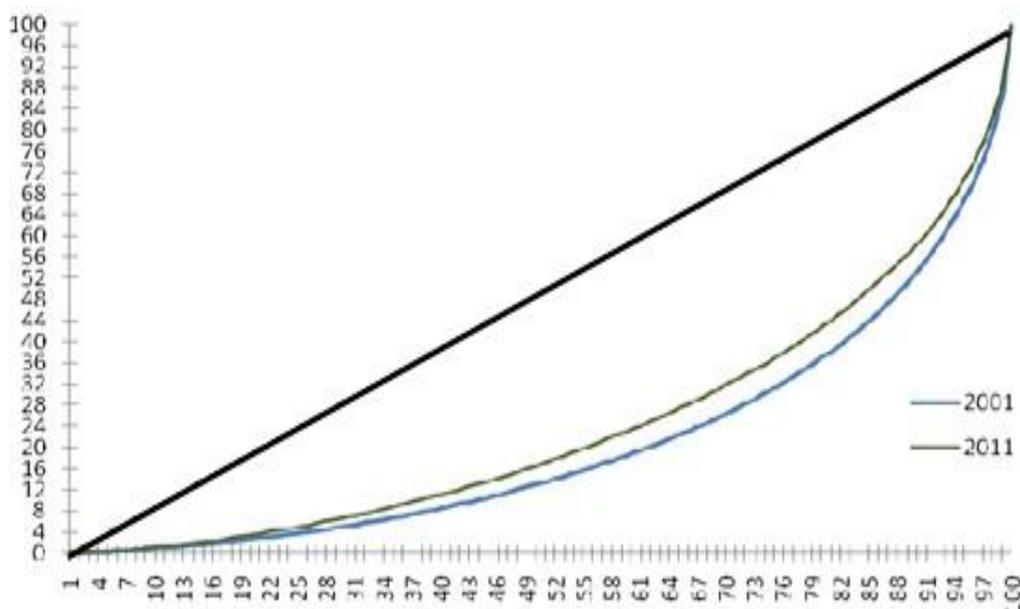
Medeiros (2006) esclarece que o Gini brasileiro atual é 0,53 e está ainda mais próximo do máximo do que do mínimo da desigualdade.

Escolaridade - No caso das pessoas que vivem em famílias chefiadas por analfabetos, a renda sobe 88,6%, vis-à-vis um decréscimo de 11,1% daquelas cujas pessoas de referência possuem 12 anos ou mais anos de estudo completos. Esta conjunção de movimentos faz com que a razão de rendas das últimas em relação às primeiras dobre, passando de 0,11 para 0,22. A renda do Nordeste sobe 72,8%, contra 45,8% do Sudeste. A razão de rendas entre elas sobe de 0,41 para 0,48. Similarmente, a renda cresceu mais nas pobres áreas rurais, 85,5% contra 40,5% das metrópoles e 57,5% das demais cidades.

A curva de Lorenz é um simples instrumental gráfico e analítico que nos permite descrever e analisar a distribuição de renda em uma sociedade, além de permitirem que ordenamos distribuições de renda sob um ponto de vista de bem-estar. É uma curva que expressa a relação entre a proporção de pessoas

com renda pelo menos tão elevada do que determinado valor e a proporção de renda recebida por essas pessoas (NERI, 2017, p. 01).

**Gráfico 6 – Curva de Lorenz de Renda Domiciliar *Per Capita***



Fonte: Reis, 1998.

Lorenz – o gráfico 6 apresenta a curva de Lorenz brasileira em 2001 e 2011. O grau de desigualdade pode ser captado pelo tamanho da barriga da curva de Lorenz. Isto é, a área entre a curva e a reta de 45 graus. O índice de Gini capta o que corresponde graficamente à razão entre a barriga da curva de Lorenz e a área do triângulo inferior como mostra no gráfico 6. A desigualdade no Brasil não só é alta como também extremamente estável, uma indicação clara de que o problema não é circunstancial e sim uma característica da estrutura da sociedade brasileira que vem marcando sua história nas últimas décadas. Essa estabilidade pode ser notada quando se analisa o comportamento de um indicador de desigualdade, como o coeficiente de Gini, ao longo do tempo.

Medeiros (2003) afirma ainda que a desigualdade no Brasil é alta e estável, e o problema se deve a uma característica estrutural da sociedade brasileira ao longo de décadas e que pode ser observado ao analisar o coeficiente Gini. O autor comenta que o formato da Parada de Pen brasileira sugestivamente mostra que os cidadãos tendem a seguir proporcionalmente à sua renda, em outras palavras, a curva apresenta achatamento na

redistribuição com inclinação proeminente entre os mais ricos, indicando assim que os níveis de desigualdade brasileira existe devido à pequena faixa da classe rica dominando a classe de baixa renda.

**Tabela 2 – Ocupações com Maior Remuneração no percentil 95<sup>1</sup>**

Ocupação	Renda no percentil 95
Empresários do setor hoteleiro	10.000,00
Procuradores, etc.	9.136,05
Magistrados	8.748,00
Empresários da construção civil	8.478,93
Tabeliães	8.478,93
Médicos	8.000,00
Empresários dos transportes	8.000,00
Administradores da construção civil	7.419,07
Empresários do setor de serviços (outros)	7.000,00
Administradores da indústria de transformação	7.000,00
Advogados, etc.	6.560,46
Outros administradores	6.500,00
Economistas	6.359,20
Administradores dos transportes	6.216,01
Fiscais de tributos	6.013,75
Engenheiros	6.000,00
Administradores de empresas financeiras	5.511,31
Empresários da indústria de transformação	5.476,05
Químicos	5.476,05
Produtores e diretores de espetáculo	5.476,05

Fonte: Medeiros, 2003. Adaptação da Autora, 2020.

É possível observar na tabela 2 uma interseção entre as elites econômicas e as elites de poder no Brasil. A maior parte das ocupações reflete posições privilegiadas para influir no processo legislativo e judiciário, na administração da máquina pública, na contratação de grandes volumes de mão-de-obra e na formação da opinião pública.

A evidência de que há interseção entre as elites, porém sob outro ângulo, o da composição das elites políticas. Nela são apresentadas as profissões declaradas pelos Deputados Federais brasileiros em 2003 (52ª legislatura). Embora os títulos ocupacionais utilizados não sejam exatamente os mesmos, é possível observar que muitas das profissões declaradas pelos deputados são justamente as ocupações de maior rendimento.

Estudar os estratos mais ricos da população é essencial para entender os conflitos de interesse que surgem na formulação de políticas redistributivas

no Brasil, uma vez que são esses estratos que controlam posições chave no Estado e na organização da economia e se encontram, portanto, em condições privilegiadas para influenciar o desenho e a implementação dessas políticas.

Quando os ricos são questionados dá ênfase às dimensões volitivas do que a fatores estruturais quando explica a persistência da pobreza, falta do estado cumprir seu papel ou ausência de vontade política.

### Quadro 3 – Principais Causas Pobreza no País Segundo as Elites %

Causa	%
Estado não desempenha papel social	26,6
Falta de vontade política para combater pobreza	19,6
Elites não têm sensibilidade para questões sociais	12,5
Crescimento econômico insuficiente	13,2
Recessão prolongada	9,0
Lógica do capitalismo	8,7
Monopolização das oportunidades	7,7
Necessidades de concentrar renda para poder crescer	1,3
Os pobres não se esforçam	1,0
<b>Total</b>	<b>100,2</b>
(n=311)	

Fonte: Reis, 1998. Adaptação da Autora, 2020.

O quadro 3 apresenta as causas da pobreza segundo a elite do país no qual afirmaram que as políticas sociais não atingem suas metas por erros no planejamento, falta de vontade política, dando pouca atenção aos problemas estruturais, acham que o estado não tem conseguido desempenhar seu papel social. As elites veem como ameaça na combinação de desigualdade e pobreza o pouco interesse em manter a ordem quando não se tem nada.

As elites têm dado ênfase a explicações fundada nas categorias de vontades e atitude para explicar o fracasso das políticas sócias, não assumem eles próprios a responsabilidade pela situação, põem culpa no estado, não sentindo qualquer constrangimento pelo fato de que em muitos casos eles mesmos fazem parte do governo.

As políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado na distribuição e redistribuição de bens e serviços sociais, são produzidas entre os seres humanos nas suas relações existentes, que, por sua vez, as determinam nas formas sociais que estabelecem em sociedade.

Pode-se observar que hoje há diversas situações de exclusão social, algumas problemáticas estão em torno das discussões em relação às expressões da questão social que se relacionam com: trabalho, moradia, saúde, educação, transporte, alimentação, entre outras. Todos esses processos, no campo do direito tratam-se de uma necessidade básica da população, e, a maioria não consegue alcançar.

## **2.2 – Cadastro Único – CadÚnico**

O início das políticas públicas de redistribuição de renda pode ser percebidas no mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a criação do cadastro único, implementado em 2001. O Cadastro Único para Programa do Governo Federal – é um instrumento que possibilita a identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda. Regulamentado pelo Decreto nº 6.0135/2007, e a Portaria MDS nº 177, de 16 de Junho de 2011 que define procedimentos para a gestão do Cadastro Único.

Famílias de baixa renda são aquelas com renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou três salários mínimos de renda total.

Em 2001, por meio de decreto presidencial, o Brasil criou o Formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, quando os programas de transferência de renda começaram a ser implementados como estratégias de combate à pobreza no país. A criação do Cadastro Único foi em 2001 com o objetivo de incentivar a integração dos programas e atender um público com características semelhantes. Porém a consolidação do Cadastro único só se concretizou como ferramenta de inclusão social das famílias de baixa renda em 2003, com a criação do Programa Bolsa Família (PBF). O Cadastro Único é, portanto uma ferramenta de identificação e seleção de seus beneficiários. Portanto, o Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria de vida dessas famílias (IPEA, 2016, p.1).

O CadÚnico reúne um conjunto de informações essenciais ao planejamento da política de Assistência Social, pois permite mapear a realidade das famílias e identificar as vulnerabilidades sociais e riscos pessoais

e sociais. Com base nestas informações, por intermédio da Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania 58 vigilância sócio assistencial, é possível realizar diagnósticos que subsidiem a territorialização do Suas, o aprimoramento da relação entre demandas e ofertas e a equalização do financiamento. Deste modo, tem orientado desde a expansão do cofinanciamento federal, considerando as demandas identificadas e a análise quanto às ofertas existentes, até a disponibilização de informações sobre as famílias que devem ser priorizadas na busca ativa e na inclusão em serviços e programas do Suas. (PAIVA, et al, 2013, p. 57) Os autores ainda comentam que:

O cadastro permite, inclusive, a identificação de famílias com perfis específicos, como famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil, de comunidades tradicionais, com beneficiários do BPC, e pessoas em situação de rua. A inclusão destas famílias no CadÚnico, com a marcação de campo próprio, tem sido importante tanto para que acessem direitos, serviços e benefícios quanto para que a Assistência Social planeje e dimensione as ofertas para este público, considerando suas particularidades e onde vivem (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p.58).

O CadÚnico beneficia as famílias cadastradas na isenção da tarifa de energia por exemplo, através dele os beneficiários podem ser contemplados com outros programas e benefícios sociais conforme apresentado no quadro 4.

#### Quadro 4 – Programas e Benefícios Sociais que utilizam o CadÚnico

<b><u>Governo Federal:</u></b>	Bolsa Família;
	Minha Casa, Minha Vida;
	SCFV;
	BPC;
	Carteira do Idoso;
	Aposentadoria para pessoa de baixa renda;
	Tarifa Social de Energia Elétrica;
	Conversor de TV digital;
	Passaporte Livre para pessoas com deficiência;
	Isenção de Taxas em Concursos Públicos.
<b><u>Governo Estadual:</u></b>	Renda Cidadã;
	Jovem Cidadão;
	Passaporte do Idoso;
	Passaporte Livre.

Fonte: CRAS, 2009, Adaptado pela Autora, 2020.

A prefeitura do município é a responsável pelo cadastro definindo as equipes de cadastramento, atualização cadastral e entrevistas com as famílias,

sendo também o assistente social importante nesse processo de conhecimento e identificação das famílias na conjuntura social que o município se encontra (XAVIER, 2019, p. 32). Todas as informações coletadas são arquivadas no banco de dados do programa e a atualização é feita pelos agentes de cada região.

### **2.2.1 – CRAS**

Os CRAS são unidades locais que têm por atribuições a organização da rede sócio assistencial e oferta de serviços da proteção social básica em determinado território, enquanto o órgão gestor municipal ou do DF tem por funções a organização e gestão do SUAS em todo o município.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social.

Há municípios onde a gestão do CadÚnico é feita no próprio CRAS. Mesmo nestes casos deve-se manter a ideia de articulação especificada na ilustração, pois a articulação com a coordenação do Cadastro e com o responsável pela gestão do Programa Bolsa Família é imprescindível para possibilitar a gestão territorial do CRAS (CRAS, 2009, p. 10, 11 E 25).

O objetivo da articulação intersetorial é proporcionar a melhoria das condições de vida das famílias, possibilitando o acesso a serviços, especialmente para os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. Deve favorecer a troca de experiências e a busca de apoio e de soluções para problemas comuns, de maneira a constituir uma rede de proteção social (CRAS, 2009, p. 29).

A busca ativa atua sobre as situações de vulnerabilidade, risco e potencialidade social identificadas. Apoiar-se em informações disponíveis, como

aquelas sobre famílias - ou jovens - em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (e outras fontes). É uma importante fonte de notificação das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como das potencialidades identificadas no território<sup>10</sup>, essencial à ação preventiva e à priorização do acesso dos mais vulneráveis aos serviços de assistência social (CRAS, 2009, p. 29).

Conforme o manual do CRAS (2009) são estratégias da busca ativa:

- Deslocamento da equipe de referência para conhecimento do território;
- Contatos com atores sociais locais (líderes comunitários, associações de bairro, etc);
- Obtenção de informações e dados provenientes de outros serviços sócio assistenciais e setoriais;
- Campanhas de divulgação, distribuição de panfletos, colagem de cartazes e utilização de carros de som.

Outra estratégia de realização da busca ativa é a utilização de dados das famílias do território de atuação do CRAS provenientes do Cadastro Único de Programas Sociais e das listagens:

- a) dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC;
- b) dos beneficiários do PETI;
- c) dos beneficiários do Programa Bolsa Família; e dos beneficiários do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades.

A busca ativa possibilita o conhecimento do território e das famílias. Isto pode ocorrer na ação cotidiana dos técnicos, quando estes treinam o olhar de modo a perceber que cada atividade, contato ou ação intencional disponibiliza informações que, sistematizadas, constituem um diagnóstico social que contribui para a ação preventiva e para o planejamento de serviços necessários.

**Figura 1 – Relação serviços, benefícios, transferência de renda**



Fonte: CRAS, 2009.

A figura 1 apresenta o esquema de articulação entre os serviços, benefícios e transferência de renda. O CRAS é um órgão de suma importância tanto para o INSS quanto para o CadÚnico, pois é responsável por manter o atendimento sócio assistencial de proteção básica de gestão local.

### 2.3 – Programa Bolsa Família

O ativismo estatal deveria se voltar para “a redução da desigualdade da distribuição de renda e para o aumento do investimento público”. O primeiro objetivo foi concretizado através da expansão da Bolsa Família — um programa focalizado de garantia de renda mínima para famílias mais pobres — e da elevação real do salário mínimo, o que proporcionou também um aumento substancial das transferências para os aposentados e pensionistas da previdência social pública. (MORAIS E FILHO, 2011, p.517). Nesse sentido Xavier explica a finalidade do Programa Bolsa Família:

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda direta com condicionalidades para famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Foi instituído durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva e sancionado pela Lei No 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (XAVIER, 2019, p. 38).

Segundo Xavier (2019) para participar do Programa Bolsa Família o cidadão precisa estar cadastrado no CadÚnico e só após a verificação das informações declaradas e estando de acordo com os critérios exigidos a família passa a ser beneficiada.

### 2.3.1 – As três Dimensões do Bolsa Família

O quadro 5 apresenta as dimensões do programa Bolsa Família, dentre elas para ser contemplado o cidadão precisa estar enquadrado em todas as condicionalidades exigidas pelo programa.

**Quadro 5 – As Três Dimensões do Programa Bolsa Família**

1ª Dimensão	2ª Dimensão	3ª DIMENSÃO
Transferência direta de renda às famílias, sem intermediações, auxílio rápido as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza.	Cumprimento de condicionalidades, compromisso assumido pelas famílias e pelo poder público.	Ações complementares Promoção das famílias e apoio à superação da situação de vulnerabilidade social e pobreza. Por meios de cursos de capacitação e qualificação para o mercado de trabalho.

Fonte: Cartilha PBF, 2013, Adaptação da Autora, 2020.

Conforme a Cartilha do Bolsa Família (2013) dentre as dimensões apresentadas no quadro 5, há também as condições para aquisição do benefício, que são elas:

Condicionalidades na Área de Educação:

- Matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas; e
- Garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos.

Condicionalidades na Área da Saúde:

- Famílias com perfil saúde: aquelas beneficiárias do PBF que têm em sua composição crianças menores de 7 anos e mulheres entre 14 e 44 anos.

Responsabilidades das Mulheres Grávidas:

- As grávidas devem fazer o pré-natal, Fazer os exames antes do nascimento do bebê, e registrar no cartão da gestante;

- Informar ao agente de saúde do (Posto de Saúde da Família) PSF e solicitar o registro no sistema da saúde para a inclusão dos dados da gestante no PBF/BVG, com número de NIS (cartão do Bolsa Família).
- É aconselhável que participem das ações educativas oferecidas pela equipe da saúde, ou CRAS sobre aleitamento materno e a promoção da alimentação saudável.

Responsabilidades dos pais / tutores:

- Levar as crianças ao posto de saúde para vacinar, consultar e manter atualizado o cartão de vacina, com acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento; e
- Informar aos agentes de saúde do PSF da sua região que é beneficiário do PBF para registro no sistema.

A atualização cadastral para quem possui o benefício do Bolsa Família é de até 24 meses. Porém, se tiver crianças no cadastro, esse, por sua vez, ficará desatualizado a série escolar. Para os que não possuem o benefício deve atualizar o cadastro em até 18 meses.

### **2.3.2 – Critérios de Elegibilidade do Programa Bolsa Família**

Consoante à Cartilha do PBF (2015) Podem participar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza que estejam registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. São consideradas famílias em extrema pobreza aquelas com renda familiar mensal igual ou inferior a R\$ 77,00 por pessoa. Já as famílias em situação de pobreza são aquelas com renda mensal entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 por pessoa.

É importante ressaltar que o cadastramento da família no cadastro Único não significa sua entrada automática no PBF. O critério principal de seleção das famílias para o Bolsa Família é a sua renda per capita. As famílias com menor renda são as primeiras a serem incluídas no Programa. A seleção das famílias é feita de forma objetiva e automatizada. Para cada município, é estabelecida uma estimativa do número de famílias em situação de pobreza. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo

Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambos executados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, p. 04).

### Quadro 6 – Valores Benefício Extrema Pobreza e Pobreza

Linha da Extrema Pobreza (Renda familiar mensal per capita R\$)	R\$ 85,00
Linha da Pobreza (Renda familiar mensal per capita R\$)	R\$ 185,00

Fonte: Programa Criança Feliz, Adaptação da Autora, 2020.

### Quadro 7 – Valores Benefício do Programa Bolsa Família

Benefício Básico (R\$)	R\$ 85,00
Benefício Variáveis Crianças e Adolescente (até 15 anos), Gestantes (9 parcelas) e Nutrizes (6 parcelas) (até 5 por família)	R\$ 39,00
Benefício Variável Adolescente de 16 e 17 anos. (até 2 por família)	R\$ 45,00
Benefício para Superação da Extrema Pobreza. Caso a caso	R\$ 85,00

Fonte: Programa Criança Feliz, Adaptação da Autora, 2020.

Os quadros 6 e 7 apresentam os respectivos valores estipulados no PBF descritos no manual do programa. Segundo o manual de gestão do PBF (2018) as famílias podem receber:

- I. Um Benefício Básico;
- II. Até cinco Benefícios Variáveis (somados BVG, BVN e Variável vinculado; a crianças de 0 a 15 anos;
- III. Até dois BVJ;
- IV. Um BSP.

#### Cálculo do BSP:

O BSP, também conhecido como Brasil Carinhoso, tem por objetivo fazer com que todas as famílias do PBF superem a condição de extrema pobreza. É um benefício calculado por família e varia conforme a renda e a quantidade de pessoas na família.

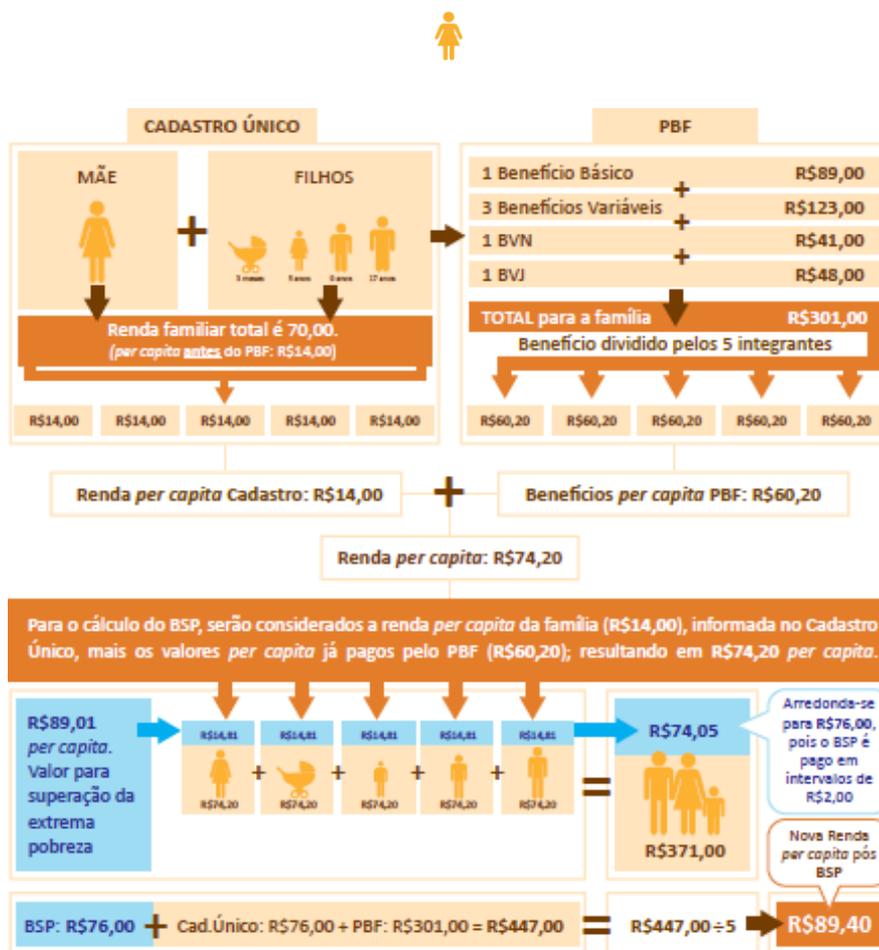
EXMPLO: Uma família beneficiária do Programa é composta por cinco pessoas: um adulto, três crianças e um adolescente. A renda total desta família declarada no Cadastro Único é de R\$ 70,00, ou seja, a renda familiar por pessoa é de R\$ 14,00. Neste caso, a família está abaixo da linha da extrema pobreza definida pelo PBF, que é de R\$ 89,00 por pessoa. Assim, ela receberá um benefício básico, no valor de R\$ 89,00. Observa-se no diagrama abaixo que nesta família há três crianças. Uma criança de 3 meses, uma criança de 5 anos e uma criança de 9 anos. Assim, esta família receberá 3 benefícios variáveis vinculados à criança de 0 a 15 anos e também 1 BVN (pela criança de 3 meses), cada um no valor de R\$ 39,00. Além disso, há um adolescente de 17 anos e, por isso, a família receberá também 1 BVJ, no valor de R\$ 46,00.

Esta família receberá R\$ 287,00 em benefícios (1 Básico, 3 Benefícios Variáveis vinculados às crianças de 0 a 15 anos, 1 BVN e 1 BVJ). Somando-se este valor com a renda total declarada no Cadastro Único (R\$ 70,00), a renda total da família após o recebimento dos benefícios do PBF será de R\$ 357,00, ou seja, R\$ 71,40 por pessoa. Isto é, mesmo recebendo os benefícios do PBF, a família não superou a situação de extrema pobreza. Para isso, ela receberá um complemento, o BSP. Para o cálculo do BSP, fazemos a diferença entre R\$ 89,01 e a renda por pessoa da família, já considerando os benefícios do PBF.

Então,  $R\$ 89,01 - R\$ 74,20$  é igual a R\$ 14,81. Como a família tem 5 pessoas, devemos multiplicar esse valor por 5:  $R\$ 13,61 \times 5$ , que é igual a R\$ 74,05. Como o BSP é pago em intervalos de R\$ 2,00, o valor total do BSP desta família será arredondado para R\$ 76,00 (MANUAL BOLSA FAMÍLIA, 2018, p. 74-76).

O manual de gestão PBF (2018) informa que os valores dos benefícios podem sofrer alteração e que o cidadão deve buscar maiores informações e esclarecimentos na página do programa ou procurar a equipe responsável da região. A figura 2 exemplifica o processo na prática do programa.

Figura 2 – Exemplo na Prática de Recebimento do Programa



Fonte: Manual de Gestão PBF, 2018.

## **CAPÍTULO 3 – ESTRATÉGIAS PARA REDUZIR A POBREZA E A DESIGUALDADE**

No atual contexto brasileiro, dado o lugar que ocupa o mercado de trabalho como núcleo onde se materializam desigualdades sociais, ganham importância na análise de políticas de redução da pobreza os programas sociais com foco na geração de emprego e renda – base para a inclusão social – e na qualificação da força de trabalho (ARAUJO E LIMA, 2003, p. 05). Neste sentido Camarotti e Spink argumentam:

O método indireto ou da renda utiliza a linha de pobreza associando-a a uma renda monetária abaixo da qual se encontram os pobres. A renda seria suficiente apenas para o acesso ou satisfação das necessidades básicas (CAMAROTTI E SPINK, 2003, p. 19) Barreto et. al. (2009) comenta que as políticas adotadas com a finalidade de combater a pobreza ou desigualdade concentram-se em estimular o crescimento econômico entre os cidadãos, porém, é preciso analisar as estratégias e suas especificidades tanto a nível nacional quanto regional. E assim estabelecer métricas relevantes a fim de obter estímulos para redução da desigualdade ou aumento dos rendimentos para o cidadão. Além dos programas sociais mencionados anteriormente, podemos destacar como estratégia para a tratativa os programas de geração de emprego e renda e o programa de capacitação PANFLOR.

### **3.1 – Programas de Geração de Emprego e Renda**

Segundo Paes e Carvalho (2002), existem três tipos básicos de ações governamentais que têm impacto sobre o nível de emprego e remuneração. O primeiro deles inclui as políticas macroeconômica, industrial e tecnológica, bem como os investimentos em infra-estrutura. Essas ações, ao afetarem o nível e a composição setorial da produção, além da tecnologia e da intensidade de capital utilizado, provocam, por sua vez, mudanças sobre o nível de emprego e remuneração. O segundo tipo diz respeito à forma e à extensão com que as relações de trabalho são regulamentadas. Embora uma boa regulamentação possa estimular o nível de emprego e a remuneração, em geral, tal regulamentação serve ou para proteger os salários em detrimento de uma queda no emprego ou para proteger o emprego em detrimento de uma queda na produtividade e na remuneração.

Por fim, o terceiro tipo de ação governamental considerado inclui as políticas públicas que atuam diretamente sob o mundo do trabalho, transformando efetivamente a sua natureza, com vistas a elevar a disponibilidade de trabalho e o nível de renda dos trabalhadores. Essas políticas diferem do primeiro grupo por atuarem diretamente sobre o mundo do trabalho. Também diferem do segundo grupo por transformarem os agentes ou

o ambiente em que operam, ao invés de apenas influenciar o comportamento dos agentes a partir da regulamentação de suas formas de interação. A transformação dos agentes ou do ambiente se dá por meio da provisão de alguns serviços básicos como treinamento profissional, microcrédito, e intermediação de mão-de-obra (PAES E CARVALHO, 2002, p. 01).

A partir deste ponto de vista, o quadro 8 apresenta os programas de geração de emprego. A instituição destes programas tem foco de proporcionar ao cidadão urbano e rural, linhas especiais de crédito e também para os micro e pequenos empreendedores, possíveis geradores de postos de trabalho nos diversos setores da economia. A representatividade destes programas de créditos podem contribuir com a geração de novos empregos, uma vez que o índice de trabalho informal no país é grande.

O quadro 8 apresenta um resumo da finalidade dos programas PROGER Urbano, PROGER Rural, PRONAF, PROEMPREGO, PROTRABALHO E PCPP.

### Quadro 8 – Programas e Finalidades

PROGER URBANO	PROGER RURAL	PRONAF
<b>Finalidade:</b> Incrementar a política pública mediante financiamentos a micro e pequenos empreendedores privados nos setores formal e informal da economia, com apoio técnico do SEBRAE e de outras entidades credenciadas em operações de investimento e capital de giro, que querem emprego e renda.	<b>Finalidade:</b> de fixar o homem no campo, incrementar sua atividade produtiva e propiciar melhoria da qualidade de vida no meio rural. Destina-se aos pequenos e mini produtores rurais, inclusive às atividades pesqueira, extrativa vegetal e de agricultura, mediante linhas de crédito de investimento e de custeio, de forma individual ou coletiva, em operações que gerem emprego e renda.	<b>Finalidade:</b> proporcionar o aumento da produção e da produtividade agrícolas, gerar e sustentar ocupações produtivas no campo, e melhorar a renda e a qualidade de vida das pessoas e famílias engajadas na agricultura familiar, assim contribuindo para manter no campo pessoas que na ausência de melhores condições de vida – migrariam para centros urbanos.
PROEMPREGO	PROTRABALHO	PCPP
<b>Finalidade:</b> criar novos empregos, incrementar a renda do trabalhador, proporcionar a melhoria da qualidade de vida da população, em especial das camadas de mais baixa renda, e propiciar a diminuição dos custos de produção no contexto internacional, preservando e expandindo as oportunidades de trabalho e assegurando o equilíbrio do meio ambiente.	<b>Finalidade:</b> financiar projetos estruturantes em setores estratégicos voltados para a organização de polos de desenvolvimento integrado, dentro da visão de cadeia produtiva e sustentabilidade dos empreendimentos financiados, com ênfase na competitividade do setor produtivo.	<b>Finalidade:</b> promover o desenvolvimento institucional e a operacionalização do conceito de microcrédito e de micro finanças, em geral, buscando a formação de uma rede de instituições capaz de propiciar créditos aos micro empreendedores, formais ou informais, e às microempresas.

Fonte: Araujo e Lima, 2003, Adaptação da Autora, 2020.

Azevedo e Burlandy (2010) argumentam que para combater a pobreza no país é fundamental estabelecer políticas sociais analisando as questões atuais de acesso a bens e serviços, concentração de renda e até mesmo de problemas como por exemplo a discriminação racial, socioeconômica, de gênero dentre outras. As autoras concluem:

Nesse sentido, não é suficiente o investimento em políticas de geração, incentivo e/ou transferência de renda, ainda que fundamentais, sendo primordial que estas intervenções estejam integradas ao acesso aos demais serviços sociais e às políticas públicas (AZEVEDO E BURLANDY, 2010, p. 208).

No que tange aos programas de geração de emprego e renda, a criação do mecanismo de depósitos especiais remunerados permitiu que recursos excedentes do FAT, que ficavam ociosos em aplicações financeiras, passassem a ser alocados sob a forma de crédito com a finalidade de geração de emprego e renda (PASSOS E COSTANZI, 2002, p. 01).

A partir da análise dos dados apresentados em seu artigo, Passos e Costanzi (2002) afirmam que o Proger Urbano em relação aos demais programas conduz de maneira mais efetiva na geração de empregos direto em regime CLT, apesar de considerarem no contexto somente o emprego direto na apuração do resultado da pesquisa, expõe que em contrapartida a indústria gera mais empregos que o comércio, porém com custo de geração de postos de trabalho inferior ao do setor de serviços e comércio. Nesse sentido, Araujo e Lima comentam:

Dada a característica de crédito para geração de emprego, são programas cujos resultados esperados são maximizados quando o ambiente é favorável ao crescimento econômico. Em conjunturas desfavoráveis, os empregos gerados logo após o crédito, para determinados empreendimentos, são em parte perdidos algum tempo depois – se o mercado para aqueles empreendimentos não se amplia (ARAUJO E LIMA, 2003, p. 14).

Desse modo percebe-se que os programas de geração de renda e emprego no caso do empregador são de fato importantes para sua finalidade, porém para negócios que já possuem maturidade no mercado, visto que não é somente capital que mantém uma empresa no mercado. A capacitação de seus administradores é fundamental para saúde e manutenção do negócio, na ausência de estratégias viáveis leva ao endividamento e este é um dos fatores que levam empresas a fecharem as portas todos os anos

### **3.1.1 – Política de Treinamento e de Requalificação de Mão de Obra**

A importância da formação e qualificação da mão-de-obra como política para a geração de empregos reside não apenas no fato de adaptar o trabalhador às novas exigências de produção e organização das empresas, mas, e talvez mais importante, permitir a ampliação do conjunto de atributos da

pessoa, de modo a torná-la mais preparada às rápidas mudanças socioeconômicas do mundo moderno. Assim, a requalificação dos recursos humanos, trará a necessidade de construir um esquema bem articulado entre empresas, sindicatos e poder público, visando ao melhor uso e controle dos recursos. As atuais políticas de apoio ao setor informal e as políticas de formação de empresas sociais e cooperativas têm como objetivo aumentar a renda das famílias envolvidas nessas atividades, por meio da oferta de diferentes tipos de treinamento gerencial — visando despertar e/ou aprimorar o espírito empreendedor do indivíduo, a análise de custos, as estratégias de mercado, etc. — e, dependendo do programa, mediante linhas de crédito para capital de giro (CACCIAMALI, et al, 2015, p. 14, 16, 20).

Segundo os autores, na era do desenvolvimento tecnológico ter funcionários capacitados são pontos que agregam valor ao produto diante à concorrência, uma vez que desenvolvidas habilidades técnicas, de raciocínio lógico e de julgamento possibilita exercer uma multivariada de tarefas com maior autonomia durante o processo produtivo. Os autores comentam que ao longo dos anos as mudanças exigirão cada vez mais dos trabalhadores exigindo mão de obra capacitada.

### **3.2 – Programas de Capacitação**

O treinamento profissional é também uma política ativa que visa combater tanto o desemprego, como a baixa produtividade da força de trabalho. Ele é vital para a redução do desemprego por descasamento, na medida em que, ao expandir a qualificação de alguns trabalhadores, dá a eles acesso a uma série de postos de trabalho, aos quais não teriam acesso sem treinamento adicional. Entretanto, o treinamento profissional não é capaz de combater o desemprego friccional e como não gera postos de trabalho de forma direta, ou seja, esse cidadão está momentaneamente desempregado pois está trocando de emprego ou aguardando oferta de emprego melhor, pois isto seu impacto sobre o desemprego estrutural, caso exista, é seguramente pequeno e indireto. No entanto, podemos imaginar que amplos programas de treinamento profissional são capazes de gerar postos de trabalho, na medida em que as áreas onde existe maior qualificação da força de trabalho atraíam maiores investimentos (PAES E CARVALHO, 2002 p. 04).

### 3.2.1 – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PANFLOR

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Panflor), foi implementado em todas as regiões do país a partir de 1996, sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O Planfor ousou quando se propôs a democratizar o acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, principalmente daqueles em situação mais vulnerável no mercado de trabalho, por meio da ampliação de ações de qualificação de natureza pública e gratuita (BULHÕES, 2004, p. 01). Nessa lógica Dias e Oliveira complementam:

Como os demais programas financiados com recursos do FAT, o Planfor é executado de forma descentralizada, ou seja, conta com a participação dos interessados e parceria com Governos Estaduais e outras entidades, tais como sindicatos, organizações empresariais, universidades e instituições de formação profissional (DIAS E OLIVEIRA, 2000, p. 07).

Tanto Bulhões (2004) como Dias e Oliveira (2000) expõe que o programa tem como meta contribuir, ampliar geração de trabalho e renda, reduzir índices de desemprego e trabalhos informais, possibilitar o trabalhador ter mais chances no mercado de trabalho, reduzindo demissões e turnover, que significa rotatividade, portanto, com mais produtividade aumentando a competitividade elevando assim a renda. O programa possui diretrizes para popularizar o acesso à qualificação do trabalhador, visando contribuir para a geração de emprego e renda, bem como manter este trabalhador no mercado de trabalho, melhorar a mão de obra e conseqüentemente aumentar a produção e competitividade atendendo as exigências de qualificações a serem desenvolvidas. Assim, com uma política social abrangente, o cidadão terá mais oportunidades no mercado de trabalho, trazendo positividade para a economia e melhor condição de vida para as famílias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se que a desigualdade vem historicamente contribuindo para o aumento da pobreza em todo país. A desigualdade é considerada um tema de debate não só governamental, mas também no âmbito acadêmico e empresarial, uma vez que tal situação afeta toda economia do país. O Brasil é um país rico, com capacidade produtiva e com recursos humanos grande, e se não houvesse desigualdade econômica ou intelectual não haveria pobreza e nem o desnivelamento social haja vista que é grande o número de pessoas no país que não tem acesso ao ensino básico.

A conjuntura dos efeitos da desigualdade social retrata a realidade do país perante ao crescente índice de desemprego, da informalização e seus efeitos trazem consequências graves. É fato que a corrupção e a desvalorização da moeda impedem o crescimento econômico. A fim de reduzir a problemática e melhorar a condição de vida da população, como estratégia ao longo dos mandatos presidenciais foram criados vários programas sociais, e mesmo reformulando algumas premissas não são capazes sozinhos de reduzir a pobreza do país, considerando-se até mesmo reformulação dos programas e benefícios. A má situação das finanças públicas e o fracasso das tentativas de expandir as iniciativas de bem-estar social contribuíram para uma mudança no projeto político, ofertando meios para capacitação e desenvolvimento.

Em relação ao Programa Bolsa Família seus impactos em termos de superação da pobreza é bastante sutil conforme observa-se no decorrer dos anos. Para parte dos beneficiários o programa permite elevar a renda sendo que para outra parte o benefício é o único acesso à renda, embora seja essencial para o controle e regulação o programa não é capaz de superar a pobreza. Por outro lado, existe uma potencialidade que poderá gerar condições gradativas em longo prazo que é o acesso às escolas e postos de saúde para os filhos destes beneficiários.

Em suma, conclui-se que os objetivos da presente pesquisa foram atingidos, mediante argumentos aprestados e discutidos durante o desenvolvimento da pesquisa. O estudo se limitou a esclarecer sobre os impactos da política de valorização do salário mínimo sobre a economia brasileira no período estudado, constatando-se que a política salarial foi criada

com a finalidade de dar melhores condições ao trabalhador, mas com a desvalorização da moeda o poder de compra do cidadão é menor e conseqüentemente o salário mínimo passa a não atender a todas as suas necessidades básicas.

Constatou-se também que a hipótese e a questão problema levantadas foram confirmadas através de argumentos que mostram a importância de elaborar políticas públicas que visam o desenvolvimento sócio econômico sustentável, uma vez que para manter o poder de compra do salário mínimo é necessário manter a inflação controlada. A corrupção interfere no desenvolvimento, prejudica os menos favorecidos além de arruinar a imagem do país no mercado internacional, diminuindo as chances de investimentos ou acordos e negócios. Questão problema

Faz-se necessário reavaliar a política de piso salarial do país como um todo, analisando os aspectos regionais e buscar apoio das empresas para ofertarem aos seus colaboradores salários mais justos e ambiente de trabalho saudável, tendo em vista que ao receber do governo os incentivos fiscais e micro créditos a empresa poderia investir mais em seus funcionários, seja com programas de qualificação ou até mesmo com benefícios, o que agregaria a este trabalhador melhores condições pessoais, de saúde e profissionais. Atualmente uma mão de obra qualificada é um agente que impacta diretamente na concorrência, ter uma equipe engajada e especializada ajuda a ter decisões mais assertivas além de evitar desperdícios de tempo e de matéria prima.

A capacitação é tão importante quanto o acesso aos programas sociais, uma vez que o índice de desemprego cresce a cada ano, ofertar ao cidadão meios de se capacitar permite a ele oportunidades de crescimento profissional, ou, de buscar recolocação no mercado de trabalho. Investir em programas de qualificação é garantir que este trabalhador possa ter outra alternativa e o programa social de redistribuição de renda seja apenas o complemento.

Neste sentido, futuras pesquisas poderão dar continuidade ao aprofundamento do tema, explorando novos caminhos que contribuam para aperfeiçoamento de estratégias de redução à desigualdade e pobreza no país, bem como a utilização de outras técnicas e ferramentas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P. R. de. 2007. **A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas.** Carta Internacional, Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/404> . Acesso em: 2020.

ARAUJO, Tarcisio Patricio de e LIMA, Roberto Alves de. 2003. **Políticas Públicas de Emprego como Instrumentos de Redução da Pobreza e da Desigualdade no Brasil.** Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/228789001\\_Politiclas\\_Publicas\\_de\\_Emprego\\_como\\_Instrumentos\\_de\\_Reducacao\\_da\\_Pobreza\\_e\\_da\\_Desigualdade\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/228789001_Politiclas_Publicas_de_Emprego_como_Instrumentos_de_Reducacao_da_Pobreza_e_da_Desigualdade_no_Brasil); Acesso em: Abr. 2017.

AZEVEDO, Darana Carvalho e BURLANDY, Luciene. 2010. **Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias.** Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 201-209 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/07.pdf> Acesso em: Abr. 2017.

BARRETO, Flávio Ataliba F.D.; FRANÇA, João Mário Santos de; OLIVEIRA, Víctor Hugo; MANSO, Carlos Alberto. **O que Mais Impacta a Redução da Pobreza: o Crescimento da Renda ou Redução da Desigualdade?** Estimativas Para as Regiões brasileiras e seus setores da atividade. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Pobreza/CAEN/UFC, 2009. Ensaio sobre pobreza, 16. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1037> . Acesso em: Set. 2020.

Brasil Escola. 2020. **Salário Mínimo.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/economia/salario-minimo.htm> . Acesso em: Set. 2020.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. 2004. **Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul.** São Paulo Perspec. vol.18 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392004000400006&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392004000400006&script=sci_arttext). Acesso em: Mai. 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina; PIRES, Julio; LACERDA, Guilherme; PIRES, Elson Luciano; PORTELA, André. **Crescimento Econômico e Geração de Empregos: Considerações Sobre Políticas Públicas.** - Capa N.12. 1995 – Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/145> . Acesso em: Abr. 2017.

CANO, Wilson; SILVA, Ana Lucia Gonçalves. 2010. **Política Industrial do Governo Lula.** IE/Unicamp. N. 181, Julho 2010. ISSN 0103-9466. Disponível

em:

[https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/texto181\\_politica\\_industrial.pdf](https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/texto181_politica_industrial.pdf) . Acesso em: Mar. 2017.

CAMPELLO, Tereza Neri, CORTEZ, Marcelo. **Programa Bolsa Família Uma Década De Inclusão**. BRASÍLIA, 2014. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Livros/Bolsa10anos\\_Sumex\\_Port.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Sumex_Port.pdf) . Acesso em: Abr. 2017.

COSTA, Cristiano Ferreira de Oliveira. Julho, 2016. **Os Efeitos do Salário Mínimo sobre a Taxa de Emprego no Brasil**. Universidade de Brasília. Departamento de Estatística. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13518/1/2015\\_CristianoFerreiradeOliveiraCOSTA.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/13518/1/2015_CristianoFerreiradeOliveiraCOSTA.pdf) . Acesso em: Set. 2020.

DEDECCA, Cláudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Navarro; BARBIERI, Caolina Verissimo; JUNGBLUTH, Adriana. **Salário Mínimo, Benefício Previdenciário e as Famílias de Baixa Renda**. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 317-329, jul./dez. 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200008&script=sci_abstract&tlng=pt) . Acesso em: Set. 2010.

DIEESE. Número 21 Abril/2006. Nota Técnica. **Valorização do Salário Mínimo: Um Imperativo da Ética Econômica e Social**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2006/notatec21ValorizacaoDoSM/index.html?page=1> . Acesso em: Out. 2020.

ELLIOT, Kimberly Ann. (org.). **A Corrupção e a Economia Global**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Introdução, capítulos 1,2 e 3.  
FAGNANI, Eduardo. **A Política Social do Governo Lula (2003-2010): Perspectiva Histórica**. IE/Unicamp. n. 192. Jun. 2011. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3105&tp=a> . Acesso em: Set. 2020.

FRANCO, Geisa Cunha; WOOD, Danyelle de Lima. **A Tentativa de Criação de um Regime Internacional de Combate à Corrupção no Mundo Globalizado: o Papel dos Estados e das Organizações Internacionais**. In.: LUCENA, Andréa Freire de (org.). Regimes Internacionais: temas contemporâneos. Curitiba: Juruá, 2012, p. 133-152. **CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO**. Disponível em: [http://www.unodc.org/documents/lpobrazil/Topics\\_corruption/Campanha2013/CORRUPCAO\\_E\\_DESENVOLVIMENTO.pdf](http://www.unodc.org/documents/lpobrazil/Topics_corruption/Campanha2013/CORRUPCAO_E_DESENVOLVIMENTO.pdf) . Acesso em: Set.2020.

FRANCO, Geisa Cunha; WOOD, Danyelle de Lima. **A Relação entre a Cooperação Técnica Internacional e o Combate à Corrupção: o papel das OIs e das ONGIs**. *Diálogo*, n. 16, jan-jun 2010, p. 157-182.

FRANCO, Geisa Cunha. **A influência da Organização das Nações Unidas nas políticas públicas brasileiras dirigidas às famílias em situação de vulnerabilidade: o Programa Bolsa Família.** In: LEMOS; VIANA; PERES, (org). **Famílias brasileiras em situação de conflitividade: dimensões sócio históricas, jurídicas, culturais e subjetivas – Goiânia-Goiás – 1980-2012.** Editora PUC Goiás. Goiânia: 2014.(P. 44-70). ISBN 8571038301.

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2004.

HOWLETT, Michael. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral /** Tradução técnica: Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IPEA: **Década inclusiva (2001- 2011) desigualdade pobreza e política de renda.** 2012

IPEA: **Programa Bolsa Família: Uma Década de Inclusão e Cidadania.** 2014

JUNGBLUTH, Adriana. **A Importância do Salário Mínimo para a Valorização do Rendimento do Trabalho e para a Distribuição de Renda.** Universidade Estadual de Campinas. Unicamp. Instituto de Economia. Campinas. Ago.2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285961>. Acesso em: Set. 2020.

LUCENA, Andréa Freire de (org). **Regimes Internacionais: temas contemporâneos.** Editora Juruá, Curitiba, 2012.

TRATADOS/ CONVENÇÕES INTERNACIONAIS: **OEA, ONU e OCDE.**

<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/b-58.htm>

<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/corruptcao/convencao.html>

[http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/cartilha\\_ocde\\_2013\\_sobre\\_o\\_combate\\_a\\_corruptcao.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/cartilha_ocde_2013_sobre_o_combate_a_corruptcao.pdf) . Acesso em: Mai. 2017.

MACARINI, José Pedro. Campinas. 2008. **Crise e Política Econômica: o Governo Figueiredo (1979-1984).** IE/UNICAMP, Campinas, n. 144, jun. 2008. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1774&tp=a> . Acesso em: Mar. 2017.

MACEDO, Gabriela A.T.C. Uberlândia, 2011. **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Natureza, Impactos e Dinâmica Social.** Universidade Federal de Uberlândia. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13545/1/d.pdf>. Acesso em: Mar. 2017.

**Manual de Gestão do Programa Bolsa Família.** 3ª edição. Atualizada. Ministério do Desenv. Social (MDS); Secretaria Nac. de Renda de Cidadania (Senarc). Brasil. 2018. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/408993/> Acesso em: Set. 2020.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França.** São Paulo: Global, 1986.

**Manual Cras.** 2009. Orientações Técnicas. Centro de Referência de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/043.pdf> Acesso em: Set. 2020.

**Manual de Gestão do Programa Bolsa Família.** 2018. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Senarc. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/408993/> . Acesso em: Out. 2020.

MARICATO, Ermínia Brasil. **Cidades. Alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001. Relatório Oxfam. Acesso em 08/06/2016, disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/economia/oxfam-em-2016-1-mais-ricos-terao-mais-dinheiro-que-resto-do-mundo-8807.html> Acesso em: Set. 2020.

MEDEIROS, Marcelo: **Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil.** Brasília: Ipea, 2003.

**MEDEIROS, Carlos Aguiar. A Influência do Salário Mínimo Sobre a Taxa de Salários no Brasil na Última Década.** Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n2art2> Acesso em: Mar. 2017.

**Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Brasília/DF: 1ª edição – 2012.

MONTEIRO, Jorge Viana; CUNHA, Luiz Roberto. **Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil (1943-1963).** Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6567> Acesso em: Abr. 2017.

MORAIS, Lecio. FILHO, Alfredo Saa. **Da Economia Política à Política Econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula.** Re. Econ. Política.vol. 31. n.4. São Paulo. Out. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572011000400001> Acesso em: Mar. 2017.

MOURA, Rodrigo Leandro; NERI, Marcelo Cortes. **Impactos da Nova Lei de Pisos Salariais Estaduais.** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1021/2133.pdf;jsessionid=370241FE02DF754996499FBCE209E7D1?sequence=1> Acesso em: Set. 2020.

NERI, Marcelo. **Alta da Desigualdade e da Pobreza, Superação da Crise e Políticas de Renda: Visão Preliminar.** Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/ALTA-DA-DESIGUALDADE-E-DA-POBREZA-SUPERACAO-DA-CRISE-E-POLITICAS-DE-RENDA-FGV-SOCIAL-MARCELO-NERI.pdf> Acesso em: Set.2020.

NERI, Marcelo. **Curva de Lorenz.** Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas\\_sociais\\_alunos/2010/BES\\_raiz\\_aanew/pdf/sbst/BES\\_CurvadeLorenz.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2010/BES_raiz_aanew/pdf/sbst/BES_CurvadeLorenz.pdf) Acesso em: Set. 2020.

**Programa Bolsa Família.** 2005. Disponível em: [http://pfdc.pgr.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/bolsa\\_familia.pdf](http://pfdc.pgr.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/bolsa_familia.pdf). Acesso em: Abr. 2020.

Programa Bolsa Família: **uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013.

REIS, Elisa Pereira: **Processos e escolhas: estudos de sociologia política.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

SOUEN, Jacqueline Aslan. **A Política de Valorização do Salário Mínimo e seus Determinantes no Contexto da Retomada Econômica, 2003 – 2010.** Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1927/1885> . Acesso em: Set. 2020.

UNDOC. **Corrupção e Desenvolvimento.** Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics\\_corruption/Campanha-2013/CORRUPCAO\\_E\\_DESENVOLVIMENTO.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_corruption/Campanha-2013/CORRUPCAO_E_DESENVOLVIMENTO.pdf) Acesso em: Out. 2020.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval. **Fundamentos de Economia.** 5ª edição. Ed. Saraiva. São Paulo. 2014.

VIZENTINI. Paulo Fagundes. **De FHC a Lula Uma Década de Política Externa (1995-2005).** Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/download/9/1602> Acesso em: Out. 2020.

XAVIER, Ana Luiza Bernardes Pereira. **A relevância do Cadastro Único nos programas: Benefício De Prestação Continuada (BPC) e Programa Bolsa Família (PBF)**. 2019. 81 f. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27074>  
Acesso em: Out. 2020.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MONOGRAFIA II: ACEITE DO ORIENTADOR**

**Goiânia, 27 de Novembro de 2020.**

**ALUNO:** ISABEL CRISTINA DE ASSIS

**MATRÍCULA:** 2013.2.0021.0050-2

**ORIENTADOR:** Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos Comum

**TEMA:** “Os Impactos da Política de Valorização do Salário Mínimo sobre a Economia Brasileira, entre 2002-2015”.

**À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Havendo acompanhado a elaboração da monografia II, com o Tema acima mencionado e tendo examinado a versão final, considero satisfatório o trabalho monográfico e julgo por bem encaminhá-lo à **Banca Examinadora**.

Orientei a aluna **ISABEL CRISTINA DE ASSIS**, para que inclua este **ACEITE** no exemplar final a ser enviado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, no formato digital, conforme regras da ABNT para realização de Trabalhos de Final de Cursos.

O exemplar definitivo deverá conter na capa, os dizeres da folha de rosto e, na lombada, o título da monografia e o último sobrenome do autor.

Caso não sejam cumpridas essas e outras exigências institucionais, solicito que a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas/**Coordenação de Monografia** notifique o aluno que a nota atribuída à Monografia não será considerada até que satisfaça essas determinações e não poderá colar grau até que as cumpram inteiramente.

Atenciosamente,



---

**Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DE GOIÁS PRÓ-REITORIA DE  
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62)  
3946.3080  
www.pucgoias.edu.br |  
prodin@pucgoias.edu.br

## RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

### ANEXO I

#### APÊNDICE ao TCC

##### Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O estudante ISABEL CRISTINA DE ASSIS, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula: 2013.2.0021.0050-2, telefone: (62) 98277-5397, e-mail: iassis120289@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Os Impactos da Política de Valorização do Salário Mínimo Sobre a Economia Brasileira, Entre 2002-2011, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 13 de dezembro de 2020.

Assinatura do autor:

Nome completo do autor: Isabel Cristina de Assis

Assinatura do professor-orientador:

Nome completo do professor-orientador: Miguel Rosa dos Santos